

OS IMPACTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO MARANHÃO NA PRÁTICA DOS DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA

DÉBORA CORREA SOUZA FORTALEZA

Provas destinadas à obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação,
Área de especialização em Administração Escolar.

2017

Versão Definitiva

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

**OS IMPACTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO
ESTADO DO MARANHÃO NA PRÁTICA
DOS DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional do Instituto Superior de Educação e Ciências – ISEC, Lisboa.

Autora: Débora Correa Souza Fortaleza

Orientadora: Msc. Ana Teresa Gouveia

Co-Orientadora: Prof. Doutora Sara Almeida Leite

**LISBOA
2017**

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus pais, que tanto apoiaram e incentivaram o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradecimentos

À Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha orientadora, professora Ana Teresa Gouveia por seu suporte e atenção, presente e disponível sempre que recorri a ela.

À minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta e indiretamente fizeram parte deste trabalho, o meu muito obrigada.

DÉBORA CORREA SOUZA FORTALEZA

**OS IMPACTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES
DO ESTADO DO MARANHÃO NA PRÁTICA
DOS DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Educação e Ciências como requisito
para obtenção do título de Mestre em Administração Educacional.

COMISSÃO JULGADORA

Lisboa, _____ de _____ de _____.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: MOBILIZAÇÃO DE PROFESSORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES	42
Figura 2: REUNIÃO DE PROFESSORES, COM TÉCNICOS E GESTORA PARA ELABORAÇÃO DE PPP. DA ESCOLA PESQUISADA	43
Figura 3: PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA PLANEJANDO INTERVENÇÕES COM RECURSOS TECNOLÓGICOS	48
Figura 4: REUNIÃO DE PROFESSORES EM FORMAÇÃO	62
Figura 5: ÁTRIO DO CEEFM DR. GERALDO MELO	67
Figura 6: PALESTRA VOCACIONAL PROFISSIONALIZANTE	73
Figura 7: QUADRO DE ANÁLISE QUALITATIVA DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES	76
Figura 8: GRÁFICO DESEMPENHO DA TURMA EM LP – 1º SÉRIE, 2014.....	77
Figura 9: GRÁFICO DESEMPENHO DA TURMA EM LP – 2º SÉRIE, 2014.....	78
Figura 10: GRÁFICO DESEMPENHO DA TURMA EM LP – 3º SÉRIE, 2014.....	79
Figura 11: GRÁFICO DESEMPENHO DA TURMA EM LP – 1º SÉRIE, 2015.....	823
Figura 12: GRÁFICO DESEMPENHO DA TURMA EM LP – 2º SÉRIE, 2015.....	834
Figura 13: GRÁFICO DESEMPENHO DA TURMA EM LP – 3º SÉRIE, 2015.....	85

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: NOTAS DO IDEB POR ETAPA DE ENSINO	20
Tabela 2: : DADOS DO IDEB SOBRE A APRENDIZAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA POR ETAPA DE ENSINO	21
Tabela 3: TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO	34
Tabela 4: DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO POR MODALIDADE	34

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIREÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA	114
Apêndice B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA PESQUISADA	115
Apêndice C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DA ESCOLA PESQUISADA	116
Apêndice D: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	117

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A: MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO.....	117
Anexo B: FOTOS DE AÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS O CEEFM DR. GERALDO MELO CONFORME MATRIZ CURRICULAR.	118
Anexo C: IDEB 2013 DO CEEFM DR. GERALDO MELO	119
Anexo D: DESEMPENHO DOS ALUNOS EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA	120

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender como as escolas estão concebendo e desenvolvendo a implantação das Diretrizes Curriculares, em Língua Portuguesa e o que se pode fazer para contribuir com a melhoria da realidade local estudada, abordando uma reflexão sobre as suas influências no dia-a-dia da escola, tanto no aspecto socializador, quanto no formativo e cultural. Realizou-se uma breve contextualização e análise dos indicadores educacionais do Maranhão, perpassando pelas políticas públicas criadas pela Secretaria de Educação do estado – SEDUC para melhoria do ensino médio, incluindo a implantação das Diretrizes Curriculares. Analisou-se entre os anos de 2014 e 2015 os impactos da implantação das novas Diretrizes Curriculares do Sistema de Ensino do Estado do Maranhão, no cotidiano da escola CEEFM Dr. Geraldo Melo. A observação, entrevistas e registros das práticas dos gestores escolares e dos professores de Língua Portuguesa, principalmente na elaboração e execução do planejamento participativo, foram as técnicas e instrumentos metodológicos utilizados, que, por sua vez, subsidiaram a análise e discussão dos dados qualitativos. Por meio das entrevistas foram elencados os aspectos da implantação das diretrizes curriculares considerados positivos e aqueles que merecem maior atenção por parte dos governantes.

Quanto aos dados de desempenho dos estudantes, analisou-se as possíveis mudanças ocorridas nas três séries, entre 2014 e 2015, assim como os aspectos que influenciaram ou não em tais mudanças. Foram observadas também as ações da escola e até que ponto os esforços dos docentes em Língua Portuguesa têm contribuído para a apropriação dos conhecimentos da língua, sobretudo, dando suporte aos eixos da leitura, escrita e oralidade. A pesquisa é qualitativa referente ao campo do currículo e o método de abordagem da pesquisa é um estudo de caso, por meio da observação e análise das práticas pedagógicas da escola quanto à aplicação das diretrizes curriculares no componente curricular de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares, Ensino Médio, Língua Portuguesa, Maranhão.

ABSTRACT

This research seeks to understand how schools are conceiving and developing the implementation of the Curriculum Guidelines in Portuguese Language. The focus is to understand how it may contribute to improve the local reality studied, addressing a reflection on its influences in the day to day school as well as in the socializing, formative and cultural aspects. The educational indicators of Maranhão were analyzed through public policies created by the State Department of Education concerning to secondary education and implementation of the Curriculum Guidelines. The impacts of implantation of the new Curriculum Guidelines of Education System of the State of Maranhão were analyzed daily of the CEEFM school Dr. Geraldo Melo between the years of 2014 and 2015. The techniques and methodological tools used in this research were the observation, interviews, and records of practices of the school managers and Portuguese teachers, mainly during the elaboration and execution of participatory planning. Moreover, it subsidized the analysis and discussion of qualitative data. The aspects more positive and others that rulers must pay attention were listed through the interviews. Regarding the student performance data, we analyzed the possible changes that occurred in the three grades between 2014 and 2015 as well as the aspects that influenced or did not influence such changes. We also observed the actions of the school and the extent to which the efforts of teachers in Portuguese have contributed to the appropriation of the knowledge of the language, above all, supporting the axes of reading, writing and orality. The research is qualitative concerning the field of curriculum and the method of approach of the research is a case study through the observation and analysis of the pedagogical practices of the school regarding the application of the curricular guidelines in the curricular component of Portuguese Language.

Keywords: Curriculum Guidelines, High School, Portuguese, Maranhão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CEE Conselho Estadual de Educação

CF Constituição Federal do Brasil

CNE Conselho Nacional de Educação

CME Conselho Municipal de Educação

DCNGEB Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica

EE Educação Especial

EF Ensino Fundamental

EI Educação Infantil

EJA Educação de Jovens e Adultos

FEE Fórum Estadual de Educação

FNE Fórum Nacional de Educação

GDH Gerência de Desenvolvimento Humano

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPES Instituto de Pesquisas Econômicas

MEC Ministério da Educação

OCN Orientação Curriculares Nacionais

PCNS Parâmetros Curriculares Nacionais

PEE Plano Estadual de Educação

PEM Plano de Reforma e Expansão do Ensino Médio

PI Plano de Investimentos

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE Plano Nacional de Educação

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAEB Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAPE Secretaria Adjunta de Projetos Especiais

SEDUC/MA Secretaria de educação do Estado do Maranhão

SUAGE Superintendência de Gestão Educacional

SUAVE Supervisão de Avaliação Educacional

SUGEMPE Supervisão de Gestão e Monitoramento de Programas Especiais

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE TABELAS	XII
ÍNDICE DE APÊNDICES	XIII
ÍNDICE DE ANEXOS	XIV
RESUMO	10
ABSTRACT	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO.....	18
Justificativa	18
Metodologia	23
Estado da questão.....	27
Objetivos.....	30
Geral.....	30
Específicos	30
CAPÍTULO 1 DIRETRIZES CURRICULARES (DC) DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	32
1.1 Breve contextualização do Ensino Médio no Maranhão	33
1.2 A Secretaria de Educação do Estado do Maranhão - SEDUC e a implantação das Diretrizes Curriculares nas escolas	41
1.3 - A Língua Portuguesa no Ensino Médio conforme as Diretrizes Curriculares ...	50
CAPÍTULO 2 - A PRÁXIS DOCENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA NO MARANHÃO.....	66
2.1 - Breve histórico e realidade da escola	67
2.2 - A pesquisa: diretrizes aplicadas no ensino da Língua Portuguesa na “Escola Digna” com a BNC – Base Nacional Comum.....	68
2.3 – Análise e Discussão dos Dados Qualitativos 2014-2015.....	75
2.4 Reflexões sobre os impactos causados a partir da práxis investigada	88
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS	106
LISTA DE LEGISLAÇÃO	110
APÊNDICES	112
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

Justificativa

É importante compreender, por meio de investigação *in loco*, como as escolas públicas de Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, por meio dos gestores e professores, estão concebendo e desenvolvendo, dentro do contexto da sua realidade local, a implantação das Diretrizes Curriculares realizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), a partir do ano de 2014, em todas as escolas da sua rede de ensino, em especial no Componente Curricular de Língua Portuguesa (anexo A). Mas, o que são essas Diretrizes? Que relevância têm no processo ensino-aprendizagem? Nesta justificativa, apresentam-se as nossas motivações para o desenvolvimento desta pesquisa delimita-se o tema a ser estudado a partir da problemática que se apresenta.

Para a melhor compreensão das influências e impactos das citadas diretrizes em Língua Portuguesa, em consonância com a Política Nacional vigente de universalização do Ensino Médio e conforme a legislação em vigor, temos de olhar para o grupo etário regular discente dessa etapa de ensino. Estes são jovens e adolescentes entre 15 e 17 anos, que, por mérito da idade, apresentam naturalmente possível ansiedade face ao futuro, manifestada, muitas vezes, por agitações ou ausências comportamentais, que podem ser interpretadas pelo professor como desejo de aceitação ou de visibilidade pessoal junto ao grupo em que está inserido. Validando sua representação social e preparação para o trabalho e acarretando rotinas específicas de ações pedagógicas que vão surgir de um posicionamento docente em classe, essa é a relevância das diretrizes curriculares, bem como de seus conteúdos, objeto de nosso estudo, a partir da interação dos professores e alunos no contexto específico, da realidade nas escolas do Maranhão.

As Diretrizes a serem estudadas foram produção do trabalho de uma comissão de técnicos da SEDUC e de representantes escolares sob a orientação técnica oriunda da parceria entre o Ministério da Educação - MEC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com o objetivo de orientar o planejamento, com vistas à universalização do Ensino Médio, à melhoria do ensino, ao estabelecimento do regime de colaboração entre os entes federados e à redução do analfabetismo, o que reforça a delimitação da temática dos estudos ao Componente Curricular já citado. Os princípios e orientações desse documento devem ser utilizados como relevante ferramenta de favorecimento e apoio aos estudos, pesquisas, planejamentos e organização do trabalho pedagógico de toda a rede estadual de ensino com vistas às melhorias da aprendizagem do idioma *mater*, a Língua Portuguesa.

Assim, realizou-se uma pesquisa qualitativa referente ao campo **do** currículo, bem como a observação e análise da comunidade escolar na sua prática pedagógica no que se refere a aplicação das diretrizes curriculares no referido componente escolhido, além de fazer-se uma atualizada revisão de literatura, configurando um estudo de caso quanto ao método de abordagem dos procedimentos sobre a temática aqui apresentada.

Quanto à revisão de literatura, procuramos realizá-la com obras pertinentes, relevantes e atuais como Saviani (2005), Yin, R. K. (2003), entre outros.

Considerando as ações pedagógicas realizadas em decorrência das mudanças ocorridas, especialmente no âmbito do idioma materno, remete-se a uma reflexão acerca da nossa própria realidade no âmbito da escola, em como o currículo é abordado desde o planejamento até as práticas escolares, a fim de cumprirem seu papel no processo seletivo de acesso ao ensino superior local, no caso o ensino superior por meio do ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil.

A relevância desta pesquisa reside na compreensão dos conceitos e índices a seguir, e do que se pode fazer a partir da aplicação das Diretrizes Curriculares para contribuir para a melhoria da realidade local estudada. A escola, conforme as Diretrizes Curriculares, “é, portanto, parte integrante do sistema de garantia de direitos, um lugar privilegiado para assegurar a cada indivíduo o exercício pleno de sua cidadania” (2014, p.6).

A Educação Básica no Estado do Maranhão pode ser compreendida, em parte, por meio dos indicadores educacionais que expressam a realidade das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino, tais como: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, índices de aprovação, reprovação e abandono. Esses indicadores demonstram a qualidade da educação em cada Estado e Rede de Ensino do País. Em 2011, a média nacional, do índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB atingiu (5,0) nos anos iniciais e (4,1) nos anos finais do ensino fundamental e (3,7) no ensino médio.

Na Rede Estadual de Ensino do Maranhão, esses indicadores estão abaixo das médias nacionais, como pode ser constatado na tabela seguinte:

Tabela 1: *Notas do IDEB por etapas de ensino*¹

Etapa de Ensino	IDEB 2011 Brasil	IDEB 2011 Maranhão
Ensino Fundamental Anos iniciais	5,0	4,0
Ensino Fundamental Anos finais	4,1	3,6
Ensino Médio	3,7	3,0

¹ Fonte: INEP2011/2012

Em relação à aprendizagem, elemento que compõe o IDEB, em nenhuma das etapas avaliadas pelo MEC, a Rede Estadual de Ensino alcançou médias satisfatórias. A Rede Estadual de Ensino atingiu em 2011 as seguintes médias:

Tabela 2: *Dados do IDEB sobre a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática por etapa de ensino*²

Etapa	Observado	Satisfatório
Ensino Fundamental Anos iniciais	Língua Portuguesa – 171,24	200
	Matemática – 182,4	225
Ensino Fundamental Anos finais	Língua Portuguesa – 227,58	275
	Matemática – 227,67	300
Ensino Médio	Língua Portuguesa – 244,81	300
	Matemática – 242,49	325

Diante dos quadros apresentados, que têm como referência o próprio Brasil, (2010/2011), no documento chamado “Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino do Maranhão”, torna-se evidente o caráter emergencial desta pesquisa, é urgente avaliar as práticas pedagógicas, no sentido de uma superação das atividades de planejamento fragmentadas e descontextualizadas, como garantia do direito à educação de qualidade e à transformação desses quadros em índices e dias melhores para a educação maranhense, principalmente no Componente Curricular, Língua Portuguesa.

Quanto maior a apropriação dos conhecimentos relativos ao currículo, por parte dos professores, melhor será a sua compreensão sobre a importância do mesmo como instrumento útil e eficaz na sua prática docente. Portanto, é relevante observar o

² Fonte: INEP2011/2012

nível de influência que a implantação das novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio do Estado do Maranhão trouxe na prática docente dos professores nas escolas.

Faz-se necessário, também, analisar até que ponto as inovações curriculares interferem nas práticas dos professores na gestão da sala de aula, uma vez que são orientados a utilizar métodos e estratégias, sob a ótica da nova Proposta Curricular e se as mesmas estão influenciando e contribuindo de forma positiva para a elevação na qualidade do processo ensino-aprendizagem ou apenas restringem-se a limitar a autonomia do professor enquanto gestor de sala de aula. Portanto, esta investigação visa refletir e analisar como “as escolas estaduais, por meio dos gestores e professores, em especial os de Linguagens e Códigos estão colocando em prática as Diretrizes Curriculares implementadas pela rede estadual de ensino do Maranhão” partindo das seguintes questões norteadoras:

- Como estão organizadas as ações pedagógicas existentes hoje na realidade educacional?
- Quais os fatores que contribuem ou dificultam a implantação das diretrizes?
- Quais as práticas e saberes inovadores que foram alcançados com a implantação das diretrizes?

Considerando tais questões, faremos uma análise da realidade da escola, tal como se dá o processo educacional, e a relação estabelecida entre a nova proposta curricular e o papel que a escola tem exercido nesse contexto de mudanças. Desta forma, é possível a compreensão de que a construção do currículo por meio de uma política educacional, trata-se de uma estratégia de ação para que a escola seja responsável pela construção do seu próprio currículo e conseqüentemente, do projeto político pedagógico – PPP, baseado no contexto social e real dos envolvidos.

Portanto, para que se efetive uma reflexão sobre as influências do currículo no dia-a-dia da escola, tanto no aspecto socializador, quanto no formativo e cultural é importante analisar os impactos da implantação das novas Diretrizes Curriculares do Sistema de Ensino do Estado do Maranhão, no cotidiano da escola.

Tal reflexão deve ser feita com base nas práticas dos gestores escolares e dos professores, em destaque os de Língua Portuguesa, principalmente na elaboração e execução do planejamento participativo, verificando a concepção de currículo da comunidade escolar. É importante também, identificar de que forma essa concepção surge e influencia nas práticas escolares e descrever até que ponto o planejamento participativo é incentivado no processo de elaboração e desenvolvimento curricular da escola sob a ótica das novas Diretrizes Curriculares.

Metodologia

O estudo de caso no Brasil é uma modalidade de pesquisa qualitativa muito ligada à educação. Segundo Martucci (2001, p. 65), esse tipo de investigação procura compreender e retratar as particularidades e a complexidade de um grupo natural ou microcultura, a partir dos significados subjetivos de seus atores, coletados em seu contexto ecológico, por meio de observação participante, entrevistas e narrativas escritas. Também Goode e Hatt (1969, p. 422) definiram o estudo de caso como “um meio de organizar dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado”. Yin (1989) enfatizou que a preferência pelo estudo de caso deve ser dada quando é possível fazer uma observação direta sobre o fenômeno já que as estratégias utilizadas na investigação qualitativa voltam-se para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em

questão. Assim, todas essas colocações reafirmam a especificidade e a aplicabilidade dessa modalidade de estudo e pesquisa no campo das Ciências Sociais.

No Brasil, os estudos de caso são descritos principalmente em manuais de metodologia da pesquisa a partir das décadas de 60 e 70, incluídos em modelos pré-experimentais, objetivando explorações e o levantamento de informações ou hipóteses que subsidiassem outros estudos.

Segundo André (2005, p.14), essa visão de estudo de caso, como uma fase preparatória para um trabalho posterior de pesquisa, mais completo, parece ter inspirado muitos pesquisadores da área da educação, que classificam seus trabalhos como estudos de casos.

Stake (2000) distingue três tipos de estudos de caso, segundo ele, a partir de suas finalidades: - intrínseco; - instrumental; - coletivo. O estudo de caso intrínseco refere-se à compreensão de um caso particular, por algum interesse específico do pesquisador. O objeto desse tipo de estudo de caso desperta a motivação no pesquisador por seu próprio teor e não por interesses vinculados a outros casos. No estudo de caso instrumental, o interesse do investigador no objeto deve-se à compreensão de que ele pode facilitar a compreensão de um objeto mais amplo, podendo fornecer insights sobre uma temática, viabilizando generalização mais ampla. No estudo de caso coletivo, como o nome sugere, o pesquisador estuda alguns casos para investigar um dado fenômeno, sendo similar ao estudo instrumental só que abrangendo vários casos. No entanto, deve ser enfatizado que os casos individuais devem apresentar características comuns, de modo a possibilitar compreensão mais abrangente do objeto. Stake (2000), ao categorizar os estudos de caso, objetiva tão somente enfatizar a variedade de preocupações e orientações metodológicas relacionadas aos estudos de caso, até por

admitir que os estudos de caso, frequentemente, não se enquadram de forma clara e inequívoca em uma ou outra categoria.

Para André (2005, p. 14), esses estudos são de fato estudos de um caso e não estudos de caso. São estudos pontuais, que tomam porções reduzidas da realidade e se limitam a retratar superficialmente essa realidade. Muitos utilizam instrumentos de coleta, apresentando dados empíricos, mas há pouca exploração de dados em termos de suas relações com o contexto em que foram produzidas e dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Segundo André, não é:

uma técnica específica; é uma maneira de organizar os dados sociais para preservar o caráter unitário do objeto social estudado. Dessa perspectiva, tende-se a considerar as coisas como fatos sociais mais do que os fatos sociais como coisas. Os fenômenos educativos são fatos socialmente construídos. Na literatura educacional, o estudo de caso etnográfico surge recentemente numa acepção bem clara: a aplicação da abordagem etnográfica ao estudo de um caso. Isto quer dizer que nem todos os tipos de estudo de caso incluem-se dentro da perspectiva etnográfica de pesquisa. Da mesma forma, nem todo estudo do tipo etnográfico será um estudo de caso. Exemplo: o caso pode ser escolhido porque é uma instância de uma classe ou porque é por si só interessante. André (2008, p. 30).

Entende-se que a abordagem desta temática envolve não somente um objeto dado, mas a realidade como totalidade, num universo delimitado enquanto amostragem da aplicação das já definidas Diretrizes Curriculares, especificamente tendo como *locus* da investigação o CEEFM Dr. Geraldo Melo, por contemplar a temática estudada em seu cotidiano e ser o campo de atuação profissional da pesquisadora, no momento da pesquisa.

Sendo assim, esta pesquisa perpassará tanto em seu contexto histórico-crítico, quanto social e cultural, buscando a compreensão dos fenômenos a partir da valorização dos aspectos descritivos das ações pedagógicas dos componentes curriculares, em especial no componente Língua Portuguesa ministrado no Ensino Médio e, coletará as percepções pessoais dos sujeitos envolvidos (alunos, professores, e

coordenadores/supervisores pedagógicos), por meio de inquéritos, por entrevistas e questionários.

O objeto de estudo aqui relacionado, pelo seu caráter interdisciplinar e a necessidade de possível flexibilidade dos campos pesquisados partindo das ciências sociais para humanas aplicadas e observando a amplitude e complexidade dos objetivos aqui propostos para os estudos na área, se compreende que a dialética, enquanto método de abordagem melhor atende aos objetivos desta investigação.

As etapas da pesquisa se constituíram de levantamento de dados através de pesquisas bibliográficas clássicas e mais recentes, nas áreas de educação, didática, cidadania e legislação educacional, bem como em fontes eletrônicas oficiais, principalmente nos sítios e portais da SEDUC e outras instituições afins.

Além do uso de outras técnicas, o que determina o diferencial e o ineditismo deste trabalho quanto aos aspectos metodológicos, a fundamentação da análise a ser realizada após o levantamento da coleta de dados através do acompanhamento em sala de aula acompanhando a aplicação das diretrizes curriculares, em parceria com a escola selecionada, bem como a representação iconográfica dos resultados alcançados e fotos do acompanhamento das atividades em sala de aula, relacionando-os ao referencial teórico estudado, à análise qualitativa.

Por fim, proceder-se-á a análise final e a redação do relatório da pesquisa, projetando a partir dos resultados, melhorias e recomendações para os projetos educacionais já existentes, além da recomendação de novas estratégias de ensino. Os dados serão obtidos através da aplicação de instrumentos de coletas de dados a serem aplicados na escola, o que contribuirá para uma melhor compreensão sobre a visão e atuação dos gestores e professores do Ensino Médio na implantação das novas Diretrizes Curriculares no Estado do Maranhão.

Estado da questão

Os conhecimentos podem ser apropriados por meio de diversos componentes curriculares: os componentes da parte obrigatória do currículo e os componentes temáticos que se caracterizam pelos planejamentos em graus crescentes de complexidade dos métodos, técnicas, dos seus temas transversais abordados, projetos didáticos e demais recursos educacionais.

A escola é a instituição responsável pela socialização do saber sistematizado historicamente e, para isso, independente dos apelos e das demandas das demais instituições, cabe a ela, em primeiro lugar, proporcionar o acesso ao saber elaborado formal e cientificamente, bem como o acesso aos instrumentos que possibilitem os conhecimentos desse saber (Saviani, 2005, p.142).

Todos os componentes curriculares e temáticos devem gerar aprendizagens, em diferentes momentos do processo de apropriação dos conhecimentos pelos alunos. Portanto, tudo que acontece nos espaços de aprendizagens deve ser muito bem planejado para que não haja evasão dos conteúdos e das aprendizagens da escola, finalidade primordial dessa importante instituição humana, social, cultural e política.

Torna-se necessário apresentar-se de forma breve o histórico da escola específica que se irá investigar: Foi instituída pelo Decreto nº 19164/2002, sendo entidade de natureza educacional. A escola foi fundada em 26 de setembro de 1987 e em 2004 foi transformada em Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dr. Geraldo Melo.

Também é necessário discutir sobre a construção de um currículo escolar numa perspectiva interdisciplinar que pressupõe a interação de componentes, contudo, não excluindo, necessariamente, a organização dos conhecimentos em componentes. O conceito de interdisciplinaridade diz respeito ao diálogo entre os conhecimentos

produzidos pelas diferentes componentes, com o objetivo de compreender melhor os processos, os fenômenos e as práticas sociais, culturais e físicas que constituem a realidade.

Essa integração mútua de ideias e conceitos científicos é necessária à compreensão mais ampla sobre os determinantes de um dado fenômeno, seja ele natural, físico, biológico ou social, já que os conhecimentos de um único componente não são suficientes para explicá-lo.

A interdisciplinaridade está intrinsecamente relacionada a uma abordagem metodológica que se detalhará a seguir e que propicia maior articulação e reflexão entre as diversas disciplinas ou entre as heterogeneidades de uma mesma ciência, garantindo uma análise mais dinâmica e sistêmica da realidade. A interdisciplinaridade não anula a contribuição dos conhecimentos específicos produzidos em cada campo ou área da ciência, pelo contrário, valoriza todo o conhecimento produzido historicamente e busca (re)estabelecer as conexões existentes entre eles. Nesse sentido, para melhor compreensão das variáveis da pesquisa destaca-se também as orientações dos fundamentos das ações pedagógicas em cada escola conforme as Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino no Maranhão e que se organiza da seguinte forma:

Segundo as Diretrizes Curriculares da Rede de Ensino Estadual do Ensino Médio – Maranhão (SEDUC, 2014), o planejamento interdisciplinar, deverá ocorrer em diversos níveis:

- Planejamento por áreas de conhecimento, contendo as competências esperadas e a abordagem interdisciplinar entre as disciplinas de cada área do conhecimento e entre elas;
- Planejamento por disciplina, indicando as aprendizagens esperadas, os conteúdos e a forma de ensino, assim como das atividades interdisciplinares que serão

desenvolvidas entre as disciplinas que envolvem conhecimentos afins, temas transversais e outros;

- Plano de aula com as devidas sequências didáticas organizadas por aula ou dia letivo.

A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) durante todo o ano de 2014, ou melhor, desde janeiro deste ano iniciou o processo de implantação das diretrizes curriculares nas 1.233 escolas da rede estadual de ensino, realizando formações para gestores e professores de todo o estado, com o objetivo de receberem orientações e discutirem padrões de aprendizagem e de ensino a serem alcançados por todas as escolas da rede, portanto este fato registrado aqui já justifica de forma geral a relevância e viabilidade de nossos estudos.

Além disso, é pertinente descobrir se de fato as Diretrizes Curriculares aplicadas representam uma conquista e avanço ao sistema educacional, fruto deste longo processo de pesquisa e discussão. Espera-se que as mesmas estejam funcionando como norte para a educação, padronizando a oferta de ensino, garantindo maior equidade de conteúdos e oportunidades aos alunos. No compromisso com a efetivação de resultados, selecionou-se o componente curricular de Língua Portuguesa, oferecido ao ensino médio do CEEFM Dr. Geraldo Melo para aprofundamento de análise, coleta de dados e posterior publicização dos resultados alcançados.

Diante também da natureza de nossa pesquisa constata-se que as hipóteses deverão ser construídas no decorrer da trajetória acadêmica de investigação *in loco* do processo.

É notório que se necessita orientar a organização do trabalho pedagógico pelas Diretrizes Curriculares, construídas por técnicos, professores e professoras, para nortear o trabalho das escolas estaduais. Esta iniciativa é relevante na promoção de

condições mais equitativas de efetivação da aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos no contexto em que estão inseridos, na realidade do Complexo Educacional Fundamental e Médio - CEEFM Dr. Geraldo Melo.

Entretanto, problematiza-se ainda: Que fatores dificultam esse processo? Quantos trabalham na referida área de formação? A qualidade do conhecimento produzido por eles reflete o amadurecimento dos conceitos, práticas e saberes aplicados em prol da sociedade maranhense? Ou da educação que se almeja alcançar com tais diretrizes curriculares?

Objetivos

Geral

Analisar os impactos da implantação das novas Diretrizes Curriculares do Sistema de Ensino do Estado do Maranhão, no cotidiano da escola por meio das práticas dos gestores escolares e dos professores, em destaque os de Língua Portuguesa, desenvolvendo uma análise crítica desse processo, observando a manifestação das mesmas na atuação docente e em sua gestão de sala de aula.

Específicos

Identificar de que forma os professores desenvolvem as ações propostas pelas novas Diretrizes Curriculares, na sua prática em sala de aula;

Descrever até que ponto o planejamento participativo é incentivado no processo de elaboração e desenvolvimento curricular da escola;

Verificar a concepção de currículo que a comunidade escolar: CEEFM Dr. Geraldo Melo tem e de que forma essa concepção surge e influencia as práticas escolares.

CAPÍTULO 1 DIRETRIZES CURRICULARES (DC) DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

A Secretaria de Estado da Educação do Maranhão vem compartilhando com toda a Rede Estadual de Ensino suas Diretrizes Curriculares³, para orientar a organização do trabalho pedagógico construído pelos profissionais da rede, que envolve a participação de coordenadores e professores. As escolas da rede estadual possuem uma autonomia pedagógica quanto à organização, planejamento, execução e avaliação de suas propostas político-pedagógicas, utilizando como base as Diretrizes Curriculares da Educação Básica.

As diretrizes estão disponíveis⁴, para a participação e implementação curricular nas escolas da rede estadual de ensino, e devem ser parâmetro para as formações dos docentes e reuniões pedagógicas, oferecendo subsídio à prática pedagógica de todos os envolvidos, como professores, gestores, e coordenadores pedagógicos no que toca à formação básica do aluno, com definição de competências e diretrizes para todas as etapas e modalidades da educação básica.

A implantação dessas diretrizes no âmbito das escolas é ação colocada como prioridade na rede estadual de ensino, no sentido de unir esforços para a melhoria do nível de proficiência dos estudantes das escolas públicas estaduais.

A formação do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão é constituída por alunos, professores, gestores, técnicos, distribuídos em escolas e unidades regionais/central de gestão educacional, com identidade própria e desafios educacionais

³ É um documento relevante na promoção de condições mais equitativas de efetivação da aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos no contexto em que estão inseridos. (DC – SEDUC, 2015).

⁴ A partir de acesso através da internet via site institucional em referido endereço eletrônico: <http://www.educacao.ma.gov.br/files/2015/11/Seduc-Ma-Diretrizes-Curriculares-A4-3%C2%AA-Edicao-09092014-1.pdf>.

que surgem da realidade histórica do Estado do Maranhão, em consonância com princípios instituídos pelo MEC - Ministério da Educação.

É importante ressaltar que, a rede estadual de ensino, devido a baixos índices educacionais, tem realizado políticas públicas de educação, com vistas a ações eficazes e que tenham continuidade em seu desenvolvimento. Para que fato haja uma gradativa e contínua melhoria da Educação Básica, o governo estabeleceu como um dos principais eixos norteadores de suas ações, a reordenação curricular, uma vez que entende-se que o currículo é a própria escola em ação.

1.1 Breve contextualização do Ensino Médio no Maranhão

O Maranhão apresenta-se recorrentemente entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com a segunda maior taxa (55,9%) de pobreza absoluta no ano de 2008, perdendo apenas para o estado de Alagoas, com 56,6%. Observa-se que em relação à maior proporção de miseráveis no país, em 1995, o estado ocupava a primeira posição com 53,1%, seguida da do Piauí, com 46,8%, passando a ocupar, em 2008, a segunda colocação com 27,2%, perdendo apenas para o estado de Alagoas, com 32,3%.

Observando os indicadores sociais, percebe-se que após vários anos de projetos de desenvolvimento, o Maranhão permanece sendo um dos estados mais pobres do país, com os piores indicadores de concentração de terras, riquezas e poder político. Quantos aos indicadores educacionais, o estado registra hoje uma taxa de analfabetismo em 6,4% na faixa etária de 10 a 14 anos e, de 19, 1% na faixa de 15 ou mais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010) enquanto que a sua taxa de escolarização em todos os níveis de escolaridade é, conforme se observa no quadro geral abaixo:

Tabela 3: Taxas de Escolarização⁵

Abrangência em 2009	Bruta – Pré-escola	Líquida – Pré-escola	Bruta - EF	Líquida - EF	Bruta – EM	Líquida – EM
Estado Maranhão	88,2%	62,4%	109,9%	88,7%	74,6%	40,2%
Região Nordeste	67,3%	59%,5	110,3%	89,4%	77,4%	39,2%
Brasil	62,2%	50,6%	105,7%	91,1%	83,0%	50,9%

Em se tratando do Ensino Médio, o estado apresenta uma taxa de escolaridade líquida⁶ de 40,2% enquanto que a taxa de escolaridade bruta é de 74,6%. Na Tabela 4 observa-se a distribuição de matrícula no Ensino Médio por modalidade que nos auxilia a estabelecer a comparação entre a matrícula do Ensino Médio Integrado, que evoluiu de 820 para 1.904 no período de 2007 a 2010, e o Ensino Médio regular, que mesmo tendo apresentado uma queda no período citado, possui 277.850 matrículas, bem superior à daquele.

Tabela 4: Distribuição de Matrículas do Ensino Médio por Modalidade⁷

Ano	Total	Ensino Médio			Educação Profissional de Nível Técnico		Educação de Jovens e Adultos-EJA		
		Regular	Integrado	Magistério	Concomitante	Subsequente	Presencial	Semi presencial	Integrado
2007	296.70	279.348	820	-	172	181	16.180	-	-
2008	307.967	278.185	2.397	4.866	-	140	20.835	1.352	192
2009	306.358	275.953	2.559	3.246	64	216	22.140	1.799	381
2010	307.567	277.850	1.904	1.623	183	-	24.253	1.297	457

⁵ Fonte: IBGE, PNAD, 2010

⁶ Conforme o INEP, (2010) por essa faixa é possível identificar o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular teoricamente adequado.

⁷ Fonte: MEC - indicadores Demográficos e Educacionais, 2010.

Quanto à qualidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não correspondeu ao que foi projetado tanto no ensino de 5ª a 8ª série (6º ao 9º) ano, quanto no Ensino Médio regular⁸. Uma breve contextualização sociopolítica e econômica do estado do Maranhão nos faz remeter à Miranda (1997) que reflete sobre a história das sociedades latino-americanas, pois tem havido uma sucessão de desencontros na tentativa de torná-las contemporâneas, ao perseguir desenvolvimento, modernização, democratização e cidadania.

Contudo, esse processo não tem sido único, linear, mas múltiplo, contraditório. Por analogia, lembra-se o estado do Maranhão, que nos anos 1990⁹ adotou “programas de estabilização e reformas liberalizantes baseadas na descentralização administrativo-financeira, nos moldes das políticas fundamentais do processo de reforma global do governo federal.”¹⁰ (Maciel, 2002, p. 139)

Os objetivos velados do governo do estado do Maranhão foram “a busca da eficiência para maximização de seu desempenho, da descentralização e regionalização de sua ação chegar mais rapidamente e de maneira eficiente ao cidadão” (SEDUC, 1998, p. 2 e 11). Na área da educação, as ações do governo do estado¹¹ ficaram sob responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Humano – GDH.¹²

8 O IDEB observado na 3ª série do ensino médio foi: 2005 (2,4), 2007 (2,8), 2009 (3,0) , 2011(3,0) e 2013(2,8), não atingindo a meta para 2013 que seria (3,0)

9 Roseana Sarney Murad foi governadora do estado do Maranhão entre 1995 e março de 2002.

10 Nos Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão, divulgado pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) no início de 2008 há dados que mostram que um aspecto importante a respeito da economia maranhense na década de 1990: “é que esta derivou escasso ou nenhum dinamismo da melhora no cenário macroeconômico nacional pós - Plano Real. A década de 1990 constituiu para o Estado do Maranhão a verdadeira década perdida do ponto de vista do desempenho econômico, na qual sua taxa de crescimento global encolheu para 1,4% a.a., menos da metade da taxa de expansão da região Nordeste (3,6% a.a.) e inferior à já medíocre taxa de expansão do país (2,1% a.a.)” (IMESC, 2008, p. 14).

¹¹ A taxa de analfabetismo do estado no ano de 1999 era de 16,3% na faixa de 10 a 14 anos e, de 28,8% na faixa de 15 anos ou mais. A população de estado era de 6.184, 538 (IBGE 2009)

¹² Para tanto, “foram criadas as Unidades Regionais de Educação com o objetivo de promover a reestruturação administrativa, a descentralização e a gestão participativa no governo do Estado do Maranhão, resultando no aumento do controle social das ações governamentais”. Atualmente as Gerências Regionais estão divididas em 19 (dezenove): Região da Pré- Amazônia Maranhense (URE Açailândia), Região do Médio Mearim (URE Bacabal), Região do Cerrado Maranhense (URE Balsas),

Nesse contexto foi organizado o primeiro Colóquio da Educação Maranhense para, finalmente, serem definidas as ações do governo do estado, em parceria com o MEC, para a área. Tais ações ocorreram através de duas diretrizes básicas formuladas para o período 2000/2003: o Fortalecimento da Ação Pedagógica e a Promoção da Equidade. A primeira foi considerada a principal política educacional do estado, “expressa na adoção de Propostas Curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino que contemplam as competências básicas a serem desenvolvidas na escola” (SEDUC, 1999, p. 8), com o objetivo de assegurar a unidade de padrões de ensino, usando como referência o “saber universal”, “função da escola democrática”.

Quanto ao Ensino Médio, o governo do estado realizou um seminário denominado Reforma do Ensino Médio: Diretrizes e Parâmetros Curriculares, cujo objetivo foi refletir sobre a concepção da reforma do Ensino Médio, apresentada pelo MEC nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares. Professores, Técnicos, Diretores, Assessores de Educação das Gerências Regionais e da GDH, em dois dias iniciaram a sua preparação para o programa Escola Jovem, o “desafio extraordinário de ser construído”. Dentre os temas tratados, destaca-se a reforma do Ensino Médio – Diretrizes Curriculares Nacionais, por Maria Beatriz Gomes da Silva, na época Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Educação da SEMTEC – MEC (2004) tendo apresentado a proposta do novo Ensino Médio, que passou ser contemplado nos discursos oficiais do estado.

Região do Centro Maranhense (URE Barra do Corda), Região do Leste Maranhense (URE Caxias), Região do Baixo Parnaíba (URE Chapadinha); Região dos Cocais (URE Codó), Região do Tocantins (URE Imperatriz), Região do Itapecuru, Região de Pedreiras, Região da Baixada Maranhense (URE Pinheiro), Região de Presidente Dutra, Região do Munim e Lençóis Maranhense (URE Rosário), Região do Sertão Maranhense (URE São João dos Patos), Região do Pindaré (URE Santa Inês), Região de Timon, Região dos Lagos Maranhense (URE Viana), Região do Alto Turi (URE Zé Doca), Região Metropolitana de São Luís. SEDUC, (2010).

A reforma do Ensino Médio maranhense se expressa no documento de política denominado Plano de Reforma e Expansão do Ensino Médio do Maranhão (PEM) de 2000, (SEDUC, 2000) tendo como bases legais e instrumentos institucionais:

1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – define o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, destinado à preparação básica do jovem para o trabalho, para a cidadania e para continuar aprendendo; 2) Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – reorientação do perfil e identidade do Ensino Médio, tendo em vista o desenvolvimento de Habilidades e Competências, de acordo com as características regionais da clientela, incluindo a preparação geral para o trabalho; 3) Programa Escola Jovem – criado pelo MEC, para incentivar a expansão do atendimento e a implementação da Reforma pelos Estados (Falcão; Sousa, 2000, p. 12).

Naquela ocasião, o governo divulgou que o Maranhão, até o ano 2020, teria um “ensino médio de excelência”, e que promoveria um sistema de qualidade com vistas à universalização desse nível de ensino. Admitiu, porém, que as competências e habilidades, a serem desenvolvidas, dependeriam da existência de alguns recursos indispensáveis, tais como: laboratórios, bibliotecas e outros ambientes, propícios à realização de práticas de diversas naturezas.

Outras medidas foram planejadas, seguindo os três “grandes” princípios que orientaram a Reforma e Expansão do Ensino Médio no estado:

1) Seletividade – escolher as atividades fundamentais; classificá-las por ordem de importância; verificar a inter-relação entre elas; 2) Gradualismo – gradação no exercício das atividades; abrangência física; 3) Participação dos atores sociais – participação; mobilização; maior acesso a um EM de qualidade; formação de cidadãos críticos; maior participação com responsabilidade (Falcão; Sousa, 2000, p. 21).

A concepção de uma política educacional centrada na qualidade do ensino foi a “tônica da política global do estado, pautada na determinação do governo em elevar os padrões dos serviços sociais básicos (SEDUC, 2000b, p. 16). Nessa perspectiva, as políticas elaboradas pelo governo do estado maranhense, no sentido de melhorar a “qualidade dos serviços educacionais”, notadamente no que se refere ao Ensino Médio, se materializou mediante o Plano de Reforma e Expansão do Ensino Médio, o Escola Jovem e o Plano de Investimento (PI). O último com o objetivo de “melhorar a eficiência do Ensino Médio [...], sua cobertura e garantir maior equidade, a partir [...] de um padrão básico de atendimento, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento econômico e social do Estado (SEDUC, 2000b, p. 16).

Dessa forma, tomando como referência o PEM e a Matriz de Priorização (e a partir desta, o Governo “buscou a solução” dos problemas, das estratégias e atividades, numa perspectiva de ordenamento de prioridades), foi elaborado o Plano de Investimento (PI), cuja operacionalização seria de acordo com as diretrizes e normas, estabelecidas pela equipe responsável pelo programa Escola Jovem e pela GDH. Mas a execução ficou sob a responsabilidade de uma Unidade Gerenciadora em nível estadual, subordinada à Subgerência de Planos, Programas e Projetos Especiais que, por sua vez, subordinava-se diretamente à Gerência Adjunta para Educação/GDH. Enfim, aquela reforma a que se referiu anteriormente não ultrapassou a mudança institucional – legal, pois os gerentes regionais e gerentes estaduais (equivalente a Secretários de Estado) tinham mais importância política do que administrativa e, nenhum dos compromissos norteadores da aludida reforma foram cumpridos, principalmente aqueles referentes “a redução das desigualdades regionais e sociais e a participação popular” (Guilhon, 2001; Gomes, 2006).

Não obstante desde 2005 a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC), mediante a Superintendência de Educação Básica, iniciou a discussão para a implantação do Ensino Médio Integrado, juntamente com o MEC, justificando-o com a revogação do Decreto n. 2.208/1997 e a aprovação do Decreto n. 5.154/2004¹³. A justificativa do governo maranhense para implantação do Ensino Médio Integrado foi à de que os homens despertaram para a importância da educação como necessidade proeminente para viverem com plenitude, como cidadãos envolvidos na sociedade. Também o fato das transformações tecnológicas que permeiam o mundo atual apontarem para mudanças tanto na estrutura, quanto na dinâmica do mercado de trabalho e, portanto, têm condicionado o perfil de profissionais a uma constante adequação a essas mudanças.¹⁴

Não há dúvida de que estamos vivendo numa conjuntura marcada por transformações profundas, cuja base é a globalização econômica associada às práticas neoliberais, que demanda mudanças no âmbito do mundo do trabalho, bem como nos processos sociais de formação do sujeito. No entanto, cabe analisar-se se essas exigências convergem para uma educação de qualidade, que ao propiciar aos sujeitos o acesso ao conhecimento e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida (Ramos, 2010).

A partir do Decreto n. 5.154/2004, o governo maranhense propôs, pela SEDUC, o Ensino Médio Integrado para “oferecer aos alunos uma formação técnico - científica capaz de levá-los a outras instâncias superiores de estudo, promover a consolidação da educação básica, superando a dualidade entre formação geral e profissional, favorecendo o prosseguimento de estudo e, oferecer aos alunos uma opção

¹³ Consta em documento da SEDUC (2006) que em 25 e 26 de julho de 2005 foi realizado um Seminário de discussão para implantação do Ensino Médio Integrado. Da Escola na qual realizo a pesquisa de campo, participaram 16 pessoas, tendo sido formada uma equipe para sistematização e elaboração do Projeto.

¹⁴ Conforme Projeto de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (SEDUC, 2006, p. 2).

de formação de nível médio no seguimento profissional desejado (SEDUC, 2006). Quanto aos currículos dos cursos integrados, implantados nas escolas da rede pública estadual, foram fundamentados em quatro eixos: trabalho, cultura e ciência e tecnologia e, com base nos Referenciais Curriculares da Educação Profissional e do Ensino Médio, mediante o desenvolvimento dos eixos temáticos: Comunicação e Linguagem, Ciências Exatas e da Natureza, Ciências Humanas e Formação Profissional.

Para o ingresso na 1ª série dos cursos integrados foi realizado processo seletivo de caráter classificatório, não sem antes da aplicação de questionários junto às escolas de bairros próximos, de comunidades e de instituições pública e privada objetivando a projeção da oferta dos mesmos.

No ano de 2006 os cursos foram implantados em seis escolas, quatro localizadas na zona urbana de São Luís, capital do estado, mediante a oferta dos cursos técnicos em Enfermagem, Gestão e Empreendedorismo, Turismo e Hospitalidade, e Eletromecânica. Na zona rural foi implantado o curso técnico em Agropecuária em duas escolas, sendo uma na Casa Familiar Rural no município de Açailândia, e uma no Centro de Formação Familiar por Alternância em Lago do Junco, atendendo 419 alunos na zona urbana e 112 alunos na zona rural.

Em 2007, foi ampliada a oferta de turmas nos cursos implantados em 2006, sendo duas turmas por escola, em São Luís, capital do estado, e uma turma em cada escola do interior, além da implantação do curso técnico em Agropecuária na Escola Família Agrícola em Sucupira do Norte, atendendo 956 alunos (SEDUC, 2007). Já em 2010, a previsão de matrícula foi para o curso de Formação de Professores da Modalidade Normal em nível médio em 22 municípios do estado, conforme dados divulgados pela própria SEDUC. Observa-se, com base nesses dados, que maior foi a oferta de matrículas para esse curso, com a previsão de 2.187.

Em se tratando do discurso da SEDUC, espera-se que não seja aquele que expresse a dinâmica do capitalismo no momento atual. Para saber, impõe-se a sua análise e, a partir dessa realidade refletir-se se as políticas educacionais do estado do Maranhão, especificamente aquelas voltadas para o Ensino Médio, no que abrange a elaboração e a implantação das Diretrizes Curriculares nas escolas da rede estadual de ensino, mais precisamente as relacionadas à disciplina Língua Portuguesa, intrinsecamente ligadas à práxis docente, percorrendo o atual Programa Escola Digna, as recomendações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2014) para a Educação Básica, se estão em conformidade ou não com as novas demandas sociais e econômicas.

1.2 A Secretaria de Educação do Estado do Maranhão - SEDUC e a implantação das Diretrizes Curriculares nas escolas

As Diretrizes Curriculares, construídas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica MEC-PNUD-SEDUC/MA, por técnicos da Secretaria, tem como finalidades:

- a) a elevação do nível de aprendizagem dos/as alunos/as,
- b) a universalização da matrícula do ensino médio,
- c) a redução do analfabetismo,
- d) a melhoria da gestão institucional
- e) a institucionalização do regime de colaboração.

A implantação das Diretrizes Curriculares é de grande importância uma vez que são definidos padrões de aprendizagem e de ensino que devem ser atingidos por meio das práticas nas escolas da rede estadual de ensino. Para tal, a escola pesquisada, realizou, no início do ano letivo, uma atividade de acolhimento dos estudantes com a mobilização de todos sobre a implantação das novas Diretrizes Curriculares, conforme figura abaixo:



Figura 1. Mobilização de professores para a implementação das diretrizes (Professora de Língua Portuguesa com os estudantes no auditório da escola, início do ano letivo de 2015).

Para que as escolas da rede de ensino do Maranhão possam alcançar melhores resultados quanto ao desempenho escolar dos alunos, é fundamental que todas comunguem uma mesma Diretriz Curricular em suas propostas pedagógicas, assim consequentemente, para que as Diretrizes Curriculares se efetivem de forma satisfatória, é necessário a construção e o compartilhamento pelas escolas que compõem a rede estadual de ensino, oferecendo orientação quanto às práticas pedagógicas a serem desempenhadas nas escolas, principalmente, quanto à forma de compreender e organizar o processo de ensino e de aprendizagem, direcionado pelas competências e habilidades necessárias à cada área de conhecimento e aos componentes curriculares de suas respectivas áreas.

Para Saviani, (2007, p.19), o conceito de educação como um fenômeno próprio dos seres humanos, pode-se dizer que “é a transformação do homem em ser biológico para ser histórico-social é tarefa do trabalho educativo”. Sendo assim, “a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”.

Quando se trata da educação escolar, duas questões precisam ser esclarecidas: o papel social da escola e a especificidade do trabalho escolar. A escola tem como função social possibilitar a apropriação dos conhecimentos socialmente elaborados, bem como, dos elementos culturais que são necessários de forma

sistematizada da realidade na qual se está inserido, nos aspectos físicos, culturais, sociais, econômicos e políticos. Portanto, de uma forma mais específica, o objeto da escola é o conhecimento construído e sistematizado pela humanidade ao longo da história e este deve ser oferecido de forma a ampliar o repertório cultural dos sujeitos envolvidos bem como proporcionar ampliação da visão de mundo.



Figura 2. Reunião de professores com técnicos e com gestora para elaboração de Proposta Político-Pedagógica (PPP) da escola (na sala dos professores).

Conforme afirma Saviani (2005, p. 52), promover o homem significa “torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação, a fim de poder intervir nela, transformando-a, no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens”. Dessa forma, entende-se que é responsabilidade da escola, como instituição estabelecida especificamente para esse fim, a democratização do saber historicamente sistematizado e acumulado pela humanidade. No entanto, mesmo com as demandas que surgem nas demais instituições sociais, é papel primordial da escola, garantir aos estudantes o acesso à ciência e à apropriação do saber socialmente elaborado, bem como o acesso aos meios que permitam a apreensão do conhecimento.

Assim, entendendo a escola como a instituição social responsável para garantir o acesso aos fundamentos do saber, cabe a ela, portanto, organizar os meios e

criar as condições mais adequadas para a efetivação das aprendizagens. Dessa forma, a escola garante o cumprimento da sua função social, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, solidários e competentes e que atuam de forma protagonista na sociedade.

A maioria dos estudantes das escolas públicas do Maranhão tem na escola, possivelmente, a única oportunidade de acesso ao conhecimento e a possibilidade de criar e ampliar as perspectivas de uma vida melhor: quanto mais a escola ensina e os alunos aprendem mais democrática ela se torna.

Concebe-se, então o currículo como a organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Isso implica definir objetivos claros e precisos para que a educação escolar cumpra, com o êxito esperado, sua função específica. Assim, a estruturação do currículo deve priorizar e organizar os processos pedagógicos para a apropriação do saber sistematizado. (Marchiorato, 2013).

As diretrizes curriculares do Maranhão estão fundamentadas no direito à aprendizagem, conforme asseguram as regulamentações legais tanto na esfera nacional quanto estadual. Portanto, é com esse entendimento que o trabalho educacional nas escolas da rede estadual de ensino busca possibilitar aos alunos a apropriação do saber sistematizado, tendo como premissa garantir o acesso, a permanência e o sucesso do estudante em toda a sua vida escolar.

O principal objetivo das diretrizes curriculares da rede estadual de ensino do Maranhão é contribuir com o princípio democrático das escolas, possibilitando e incentivando, a construção dos seus próprios projetos pedagógicos, para que conquistem os padrões de qualidade esperados em toda a rede de ensino. Levando em consideração também as legislações e normas educacionais em vigor. A SEDUC divulga como princípios, missão e objetivos:

Nortear o trabalho dos educadores no que tange, unidade, a equidade e a qualidade. Oferecer à população maranhense educação de qualidade, com oportunidades equânimes, considerando suas diversidades. Tal missão torna-se desafiadora na medida em que o Estado enfrenta uma situação educacional marcada por indicadores educacionais com sérios problemas. À luz desse entendimento, o objetivo da SEDUC é garantir a educação como direito de todos os cidadãos perpassando pelos princípios da universalidade, da progressividade, da indivisibilidade e interdependência, da cooperação, da sociabilidade, da exigibilidade, da singularidade e da participação. Disponível em:< [http:// www.http://www.educacao.ma.gov.br](http://www.http://www.educacao.ma.gov.br) > Acesso em: 10. mai.2015

A escola é parte integrante sistema de garantia de direitos e possui um lugar primordial nesse processo, que visa assegurar aos indivíduos o exercício pleno de sua cidadania, a partir do estabelecimento de diretrizes adequadas à realidade escolar, numa dinâmica de corresponsabilidade entre todos os membros da comunidade escolar, sobretudo, pela participação dos gestores, pela mediação do professor, e pela interação dos estudantes em projetos interdisciplinares.

E a aprendizagem é vista, como um processo subjetivo de apreensão dos objetos existentes no mundo social, o que significa que os objetos a serem apreendidos podem ser os mais diversos: concepções, acontecimentos, valores, posturas, habilidades, fenômenos, leis, normas, condutas, procedimentos, métodos, técnicas, relações e símbolos.

Zabala (1998) classifica os conteúdos de aprendizagem em quatro tipos: (i) os factuais, (ii) os procedimentais, (iii) os atitudinais e (iv) os conceituais. Afirmo ele, ainda, que o tipo de conteúdo a ser aprendido também define a forma de mediação mais adequada, de modo que, a construção da aprendizagem é um processo complexo que

envolve diversas funções cerebrais e processos mentais (atenção, percepção, memória, sensibilidade, habilidades psicomotoras e capacidade de análise, classificação, seriação, associação, reversibilidade, generalização e síntese).

Desse modo, a qualidade e o nível de aprendizagem resultam de dois tipos de fatores: aqueles relacionados ao sujeito aprendente como: motivações, estímulos, interesses, vontades, necessidades, emoções, etc. Assim também aos relacionados à utilização dos meios adequados como, integração social, atividades diversificadas, progressão do nível de dificuldade, metodologias, capacidade de se expressar e comunicar dentre outros fatores.

Nessa direção Anastasiou (2004) considera que as aprendizagens não se dão todas da mesma forma, dependem tanto do sujeito que apreende quanto do objeto de apreensão. Desse modo, a aprendizagem ocorre quando o sujeito consegue abstrair o objeto do conhecimento, de maneira que ele consiga apreendê-lo e reelaborá-lo internamente, a partir das concepções, valores, características, habilidades e associações que ele faz mentalmente. Portanto, a aprendizagem possibilita ao sujeito mudanças qualitativas em seus processos mentais que significa o desenvolvimento de suas funções psíquicas superiores, em diferentes graus de complexidade.

No entanto, ainda que o sujeito aprendente possua a capacidade e a disposição para aprender, e que o objeto a ser conhecido esteja disponível, apesar de serem condições adequadas para o processo de construção da aprendizagem, não são o bastante para garantir a sua efetivação. Para tanto, faz-se necessário que as ações mediadoras da aprendizagem sejam planejadas.

Nesse entendimento, na práxis educativa, o sujeito da aprendizagem é o estudante, o objeto é o conhecimento e a mediação é a ação pedagógica do professor, que por sua vez, precisa lançar mão dos conhecimentos necessários sobre o processo de

construção do conhecimento, pois é apenas conhecendo a aprendizagem é consolidada que ele pode realizar intervenções adequadas à facilitação do processo de aprendizagem. No processo pedagógico, com o objetivo de criar condições para a efetivação de aprendizagens significativas, o estudante deve apreender o conhecimento por meio de práticas sociais, a partir de situações contextualizadas que deêm sentido ao objeto a ser aprendido. Isto auxilia significativamente sua compreensão e facilita a caminhada rumo ao conhecimento. Assim, no início do processo de construção da nova aprendizagem o professor seleciona o ponto de partida de maneira que este seja significativo para o estudante. A partir daí, faz as inferências necessárias para direcionar os esquemas mentais do estudante, com vistas à efetivação da aprendizagem.

No processo de efetivação da aprendizagem a ação docente configura-se como mediadora através de intervenções qualitativas e graduais, que dão indicações ao docente sobre as decisões pedagógicas mais adequadas, para darem continuidade ou a retomada ao trabalho.



Figura 3. Professora de Língua Portuguesa planejando intervenções com recursos tecnológicos.
Fonte: Arquivo cedido pela professora, 2015.

Na figura acima, a professora de Língua Portuguesa, está planejando intervenções com recursos tecnológicos a serem desenvolvidos com os estudantes, buscando assim, em diferentes momentos e espaços a melhoria do processo de apropriação dos conhecimentos pelos estudantes, uma vez que é incentivado na escola, que todos os componentes curriculares e temáticos devem promover a construção de aprendizagens. Portanto, tudo que acontece nos espaços de aprendizagem deve ser bem planejado para que não haja evasão dos conteúdos e das aprendizagens previstas, finalidade primordial dessa importante instituição humana, social, cultural e política.

A SEDUC durante todo o ano de 2014, ou melhor, desde janeiro deste ano iniciou o processo de implantação das diretrizes curriculares nas 1.233 escolas da rede estadual de ensino, realizando formações para gestores e professores de todo o estado, com o objetivo de receberem orientações e discutirem padrões de aprendizagem e de ensino a serem alcançados por todas as escolas da rede, portanto este fato registrado aqui já justifica de forma geral a relevância e viabilidade de nossos estudos.

Além disso, é pertinente descobrir se de fato as diretrizes curriculares aplicadas, representam uma conquista e avanço ao sistema educacional, fruto deste longo processo de pesquisa e discussão. Espera-se que as mesmas estejam funcionando como norte para a educação, padronizando a oferta de ensino, garantindo maior equidade de conteúdos e oportunidades aos estudantes. Devido ao tempo exíguo da pesquisa, e nosso compromisso com a efetivação de resultados, selecionou-se o componente curricular de língua portuguesa, oferecido ao ensino médio do CEEFM Dr. Geraldo Melo para aprofundamento de análise, coleta de dados e posteriori publicização dos resultados alcançados.

Mas, sabe-se que a necessária universalização do acesso à Educação Básica ainda está em processo, porém existe uma demanda considerável de estudantes na situação de distorção idade-série em muitas escolas da Rede Estadual de Ensino regular no ensino fundamental e médio. Nesse contexto, é preciso garantir que sejam assegurados os direitos e que sejam atendidas as necessidades desses jovens, adultos e idosos fora da idade adequada e que estão inseridos no processo escolar,

Para que o ensino tenha efetividade com esse público, suas características precisam ser reconhecidas e suas necessidades pedagógicas atendidas, para atender a esse público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela escassez de vagas, ou por condições socioeconômicas desfavoráveis, a legislação brasileira, garante a oferta da Educação de Jovens e Adultos e Idosos, que se apresenta como uma modalidade da Educação Básica. São estudantes que, por razões diversas, não tiveram acesso ou não concluíram os anos escolares na idade compatível à série e buscam a retomada dos estudos. O público desta modalidade de ensino são trabalhadores e que na maioria, são pais e mães de família, que, por

alguma demanda de cunho pessoal foram impossibilitados de dar prosseguimento aos estudos.

Em virtude das especificidades desses estudantes, torna-se necessário, que a organização do trabalho pedagógico proponha uma metodologia mais dinâmica e contextualizada, levando-se em consideração a heterogeneidade dessa clientela, com suas características próprias, suas experiências, interesses, necessidades e expectativas em relação à escola.

Para atender um público tão heterogêneo é indispensável que a equipe pedagógica da escola desenvolva um trabalho voltado a essa clientela e que proporcione ações interdisciplinares, para que as competências e habilidades necessárias sejam contempladas no planejamento e no trabalho docente de forma que tenham significado e que, sobretudo, sejam elementos concretos na formação dos estudantes.

1.3 - A Língua Portuguesa no Ensino Médio conforme as Diretrizes

Curriculares

Discutir-se sobre a construção de um currículo escolar numa perspectiva interdisciplinar que pressupõe a interação de disciplinas, contudo, não exclui, necessariamente, a organização dos conhecimentos em disciplinas. O conceito de interdisciplinaridade diz respeito ao diálogo entre os conhecimentos produzidos pelas diferentes disciplinas, com o objetivo de compreender melhor os processos, os fenômenos e as práticas sociais, culturais e físicas que constituem a realidade.

Desenvolver a ação pedagógica de forma interdisciplinar promovendo a integração de ideias e conceitos científicos é fator indispensável na prática docente, pois os conhecimentos de uma única disciplina não são suficientes para explicar um dado fenômeno, seja ele natural, físico, biológico ou social.

A interdisciplinaridade está relacionada a uma abordagem metodológica que será detalhada a seguir e que proporciona uma inter-relação entre os diferentes componentes curriculares e suas respectivas áreas do conhecimento, possibilitando uma compreensão mais apurada da realidade. É importante ressaltar que a interdisciplinaridade não desvaloriza as contribuições dos conhecimentos produzidos em cada área da ciência, mas busca estabelecer as relações entre as mesmas.

Neste sentido, para melhor compreensão das variáveis da pesquisa destaca-se também as orientações dos fundamentos das ações pedagógicas em cada escola conforme as Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino no Maranhão e que se organiza da seguinte forma:

O planejamento interdisciplinar deverá ocorrer em diversos níveis:

- planejamento por áreas de conhecimento, contendo as competências esperadas e a abordagem interdisciplinar entre as disciplinas de cada área do conhecimento e entre elas; - planejamento por disciplina, indicando as aprendizagens esperadas, os conteúdos e a forma de ensino, assim como das atividades interdisciplinares que serão desenvolvidas entre as disciplinas que envolvem conhecimentos afins, temas transversais e outros; - plano de aula com as devidas sequências didáticas, organizadas por aula ou dias letivos. (Conselho Estadual de Educação (CEE). Diretrizes Curriculares da Rede de Ensino Estadual do Ensino Médio - MA. MA: 2014)

A partir desse entendimento, pode-se afirmar que o método didático é o núcleo do ensino, ou seja, todo ensino presume um determinado método e todo método presume um determinado núcleo de ensino. O método didático está intrinsecamente ligado às concepções e expectativas educacionais, assim como à compreensão da função social da escola.

É importante atentar para determinados fundamentos que orientam uma opção metodológica que propicie a integração e articulação entre:

- (i) os conhecimentos da disciplina;
- (ii) os conhecimentos da disciplina com os de outras disciplinas e áreas de conhecimento;
- (iii) os conhecimentos científicos e a prática social;
- (iv) os conhecimentos e os saberes e vivências dos/as alunos/as;
- (v) a teoria e a prática;
- (vi) a apropriação dos conhecimentos e a compreensão do mundo;
- (vii) as aprendizagens já consolidadas e as que estão em processo de efetivação;
- (viii) a educação escolar, o trabalho e a prática social.

Os fundamentos metodológicos apresentados, indicam que o principal eixo do trabalho pedagógico é a prática social e que o processo de ensino e aprendizagem gira em torno deste eixo. Assim, é possível dizer que a prática social perpassa por todo o processo escolar, entendendo-se que a finalidade do trabalho pedagógico é possibilitar a ampliação da compreensão dos fundamentos, relações e paradoxos constituintes da realidade social.

Assim, para assegurar maior equidade nos resultados educacionais da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão, foi fundamental a definição do método didático, organizando todo trabalho pedagógico das escolas e da ação docente. E este estrutura-se na perspectiva dialética, em quatro etapas, aqui caracteriza-se: problematização, instrumentalização, catarse e síntese.

1ª etapa – Problematização

Para que um conhecimento seja aprendido e recriado, é necessário realizar um levantamento de conhecimentos prévios dos estudantes, instigado intencionalmente pelo professor, com base nos conhecimentos dos componentes curriculares do currículo obrigatório.

Nesta etapa do método, o papel do professor, é o de proporcionar meios para a motivação dos estudantes, desafiando-os a identificar os limites e possibilidades do conhecimento a partir da sua prática social. Este processo de sensibilização é inerente à problematização propriamente dita, considerando que o tempo utilizado nesta etapa é fundamental para o estreitamento entre os conhecimentos da prática social e o currículo contemplado nas Diretrizes Curriculares.

A problematização permite ir além do sentido comum e aparente das coisas, assim como, pôr em questão a multiplicidade e variação das opiniões dos alunos. Destaca-se então, o papel do professor que deve estimular o aparecimento do maior número de perguntas. Sua intervenção se faz necessária melhorando o sentido das perguntas, explicitando melhor as que não foram bem formuladas, agrupando-as quanto aos aspectos comuns ou divergentes.

Nesse sentido, o professor não deve ignorar ou criticar as proposições dos alunos. Pelo contrário, deverá ajudá-los na reelaboração dos seus questionamentos originados a partir da prática social, traduzida pela fala ou manifestação destes.

O professor deve ser o principal responsável pela problematização na mediação de uma comunidade que dialoga.

2ª etapa – Instrumentalização

A instrumentalização se caracteriza pela necessidade tanto do/a professor/a quanto do/a aluno/a em acessar os instrumentos científicos (conteúdos das disciplinas), para responder às questões oriundas da fase de problematização, com o objetivo de

transformar e aprimorar aqueles conhecimentos espontâneos, frutos de suas crenças e opiniões concernentes ao contexto em que vivem.

Contudo, compete ao professor buscar, didaticamente, os instrumentos necessários para que o aluno obtenha respostas acerca de suas indagações e inquietações, provenientes da etapa anterior. Para tanto, o professor deve organizar principalmente os conteúdos científicos das disciplinas, além dos conteúdos dos temas sociais, a que culminará em um processo de mediação daquilo que o aluno ainda não sabe fazer ou conceber sozinho, para um nível mais elevado de autonomia intelectual.

No processo de instrumentalização, o aluno necessitará da orientação e direcionamento do professor, como facilitador e poderá contar, ainda, com outros/as alunos/as, partícipes do processo, isto é, parceiros experientes presentes no ambiente heterogêneo da sala de aula.

Desse modo, professor/a e alunos/as manusearão instrumentos teóricos e práticos conseguidos por meio de atividades, tais como: pesquisas, estudos, consultas e trocas de experiências, saberes que respondam aos novos desafios da estruturação de conceitos científicos.

3ª etapa – Catarse

Esta etapa se caracteriza pela síntese mental, isto é, quando o aluno toma consciência e se redireciona a caminho de um significado a partir dos conceitos que formula. Nesse momento, o professor tem mais elementos para avaliar o aluno, que expressa o que aprendeu sobre o conteúdo, por meio da elaboração teórica de conceitos novos.

Na catarse, o aluno está confortável para expressar seus pensamentos e ideias, decorrentes das etapas anteriores. Nessa etapa, o/a aluno/a expressa uma nova maneira de ver os conteúdos e a prática social. Confirmada a ocorrência da síntese

mental, será realizada a última etapa. Caso contrário, faz-se necessário rever as etapas anteriores.

4ª etapa – Síntese

O ciclo de aprendizagem que vai do sincrético ao sintético, parte da prática social que perpassa pela proposição de atividades desafiadoras e problematizadoras até a consolidação da aprendizagem, por meio da formação de conceitos, culminando na constituição de significados.

Reitera-se que, em função do método dialético, a organização curricular adotada por esta Rede de Ensino propõe a superação de um trabalho com os conhecimentos desenvolvidos de forma isolada e orienta a organização e integração dos diversos conteúdos em áreas de conhecimento.

Neste ponto de chegada do processo de ensino e de aprendizagem, os/as alunos/as ascendem ao nível sintético em que já se encontrava o professor desde o ponto de partida. Essa elevação dos alunos ao nível do professor é essencial para se compreender a especificidade da relação pedagógica.

Na etapa da síntese o aluno demonstra a compreensão de vários significados, por meio de uma atividade escrita. O aluno estará preparado para a elaboração de conceitos, desenvolvimento de atitudes e procedimentos, que possibilitam ao professor/a avaliar a passagem do pensamento sincrético ao sintético, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem, condição essencial para que a escola cumpra a sua função social.

Essa forma de compreensão do conhecimento pressupõe ações de reciprocidade, de diálogo entre as diversas áreas da ciência e de tentativas de (re) ligação dos saberes.

Fazenda (2002, p.52) afirma que,

(...) pelo próprio fato da realidade apresentar múltiplas e variadas facetas, não é mais possível analisá-la sob um único ângulo, através de uma só disciplina. Torna-se necessário uma abordagem interdisciplinar que leve em conta o método aplicado, o fenômeno estudado e o quadro referencial de todas as disciplinas participantes, assim como uma relação direta com a realidade.

Exercer o trabalho pedagógico numa perspectiva interdisciplinar requer a priori, que o planejamento de todas as ações da escola sejam pensados interdisciplinarmente, assim como, criar condições para a efetivação do que foi planejado, incentivando práticas e atitudes que favoreçam o diálogo entre professores e disciplinas e estabeleça um caminho aos conhecimentos específicos, de forma a superar as limitações das áreas e das disciplinas. É reconhecer a incompletude da disciplina e, ao mesmo tempo, a complementaridade entre as diversas disciplinas e, assim, “cada disciplina dá sua contribuição, preservando a integridade de seus métodos, conceitos-chaves e sua epistemologia” (Fazenda, 2002).

Para a construção de uma prática interdisciplinar no cotidiano da escola, faz-se necessário que professores ampliem seus olhares e aprofundem seus conhecimentos sobre o objeto epistemológico de sua área de estudo, buscando compreendê-lo a partir de outros determinantes (sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, antropológicos, sociológicos, filosóficos, etc.) e buscando estabelecer inter-relações com os conhecimentos de outras áreas do conhecimento.

A prática interdisciplinar requer do professor, o domínio aprofundado dos conhecimentos de sua área específica e os conhecimentos básicos de outras áreas. Neste contexto das práticas interdisciplinares é que se insere a transversalidade como proposta de trabalho integrado entre as áreas de conhecimento. Os temas transversais constituem-se como eixos unificadores da prática educativa nos diversos componentes curriculares e sua abordagem deve se orientar pelos processos de vivência social que emergem do dia-a-dia dos estudantes.

É somente por meio da prática interdisciplinar que torna-se possível a transversalidade, que, por sua vez rompe com a fragmentação do conhecimento e busca desenvolver uma visão multifacetada, englobando a complexidade crescente do mundo pós-moderno. É um movimento de reflexão sobre estes conceitos oriundos da realidade. A forma como o homem se volta para si mesmo tem sido mudada por esta abordagem científica.

As temáticas devem envolver as diversidades e os interesses sociais. O planejamento coletivo é a forma como a escola deve organizar esse processo, proporcionando a organização de atividades que integrem as áreas de conhecimento, pois o saber socialmente elaborado é fator primordial na construção dos temas sociais emergentes.

A orientação das legislações atuais estabelece que a organização curricular deve ser constituída de uma base nacional comum e uma parte diversificada compondo um todo integrado. Nas legislações vigentes, a organização curricular em áreas do conhecimento, apresenta-se como consenso e, para que se efetive, deve receber “tratamento metodológico com ênfase na contextualização e na interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de “saberes específicos” (§ 1.º, p.3, Resolução Nº 002/2012-CEB/CNE). Essa forma de organização por áreas de conhecimento, não exclui, nem anula os componentes curriculares com seus objetos específicos e seus saberes particulares, no entanto desperta a atenção para a necessidade da integração e de fortalecimento das relações entre eles.

Na organização curricular, as disciplinas escolares representam “recortes” dos conhecimentos científicos. São rudimentos desses saberes selecionados, proporcionalmente, para cada nível e etapa de ensino. Fazem parte do trabalho escolar os conhecimentos básicos da ciência e os instrumentos essenciais à apropriação e à

produção dos conhecimentos científicos, em graus de complexidade diferentes conforme nível de escolarização.

Disciplina é um conjunto específico de conhecimentos com suas próprias características e a organização curricular por disciplinas permite o conhecimento sobre diversos objetos de estudo, conforme o nível de aprofundamento estabelecido, a análise de seus elementos constitutivos, o domínio de seus conceitos e a compreensão das inter-relações dos conteúdos específicos de cada disciplina.

A estrutura organizacional do conhecimento é disciplinar, porém a ação pedagógica que dá vida e dinâmica ao processo de ensino-aprendizagem deve ser interdisciplinar, o que significa dizer que a abordagem metodológica dos conteúdos escolares nas diversas disciplinas deve possibilitar o entendimento do papel e da função do objeto em questão numa determinada realidade, a análise de seus elementos constitutivos, o domínio de seus conceitos básicos e a compreensão do conjunto de inter-relações que os elementos do objeto de estudo estabelecem entre si e destes com outros objetos e elementos da realidade. Assim, as Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino definem a organização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a partir de quatro áreas do conhecimento, desdobradas em disciplinas: Competências e suas Capacidades Esperadas em Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, (a qual nos deteremos nesta seção, por ser o cerne principal de nossa dissertação), vide ANEXO A, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Os padrões básicos de aprendizagem sinalizam o caminho para o ensino ao estabelecer o que deve ser aprendido ao final do trabalho pedagógico em cada disciplina e etapa de ensino (Marchiorato, 2013). As matrizes disciplinares (de cada etapa de ensino e disciplina) são portanto, a síntese do trabalho pedagógico esperado e devem

orientar a ação dos professores na elaboração dos planos de ensino que integram a proposta pedagógica da escola.

Quanto à avaliação de aprendizagem, em especial de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio da rede estadual de Educação, pode-se afirmar que é fundamentada nas legislações educacionais vigentes e em estudos realizados nas últimas décadas, a concepção de avaliação ora apresentada como balizadora da prática avaliativa das escolas é histórico - crítica.

No que se refere à avaliação da aprendizagem, esta deve ser compreendida em três modalidades: (i) avaliação inicial, (ii) avaliação processual e (iii) avaliação do resultado.

Assim, a avaliação perpassa por todo o processo pedagógico, antecedendo-o, acompanhando-o e sucedendo-o. Assumindo assim, funções e dimensões diversificadas, de acordo com as demandas de aprendizagem.

Nesse sentido, nota-se a existência de uma relação entre a avaliação e as modalidades mencionadas acima com o método didático adotado na Rede Estadual de Ensino, apontado como condutor da organização do trabalho pedagógico nas escolas.

Os critérios de avaliação são definidos nestas diretrizes e traduzem o que queremos como resultados de nossa atividade e, desse modo, estabelecem direção tanto para o ato de ensinar como para o ato de avaliar. Sabe-se também que os documentos oficiais orientadores dos planejamentos curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCN`s (MEC, 1997), sugerem critérios de avaliação para cada área de conhecimento, apresentando-os organizados por ciclo. Além do enunciado, trazem uma breve explicação que auxilia o professor na identificação, com maior segurança, dos indicadores daquelas aprendizagens, constituindo-se em uma orientação para os sistemas de ensino ou escolas elaborarem seus próprios critérios. Assim, os

PCN's orientam para uma educação centrada na contextualização, e que supere por meio da interdisciplinaridade, a compartimentalização, incentivando e a criticidade dos estudantes e sua aprendizagem.

A reestruturação curricular por áreas de conhecimento tem como objetivo facilitar o desenvolvimento dos conteúdos e melhorar a aprendizagem, por meio de uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Esses documentos orientam os professores a buscar novas abordagens, metodologias e critérios de avaliação, apontando para: as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a disciplina, ou para o curso, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social e as experiências educativas que os alunos devem ter acesso e são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, (MEC, 1997) as Orientações Curriculares Nacionais - OCN e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – DCNGEB, (MEC, 2004) preconizam uma nova organização dos conteúdos, dos objetivos, dos processos avaliativos e das práticas pedagógicas. Além dos documentos orientadores, as legislações complementares justificam a necessidade dos conteúdos temáticos nas escolas, entre as quais se destacam: a Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, nº 413, de 31/12/2002 e o Decreto Estadual Nº 18113/01 que cria o Programa Estadual de Educação Fiscal para a Cidadania; o Decreto Nº 7.037/ 2009 que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH e a Lei Nº 9.795/ 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e

institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Lei Estadual N° 9279/2010 Institui a Política e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão; assim como, a Lei N° 10.639/03 e a Lei N° 11.645/2008 que determinam que os currículos escolares contemplem o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e justificam a necessidade das práticas escolares abrigarem conteúdos dessa natureza.

Nessa direção, as Diretrizes Curriculares do Estado do Maranhão tem o objetivo de nortear as práticas pedagógicas, no sentido de uma superação das atividades de planejamento fragmentadas e descontextualizadas dos processos de ensino e aprendizagem, como garantia do direito à educação de qualidade.

Dessa forma, os temas sociais devem receber um tratamento condizente com as atividades de planejamento dos processos de ensino e aprendizagem. Este é o primeiro passo para assegurar que os indicadores educacionais deixem de traduzir as disparidades étnicas, geracionais, ambientais, políticas, culturais, tributárias e sexuais no nosso Estado. E a Língua Portuguesa recebe maior responsabilidade de congregar tais temáticas sociais em projetos interdisciplinares, assim é o que vem sendo buscado nas escolas estaduais, mais precisamente no nosso lócus da pesquisa, o CEEFM Dr. Geraldo Melo.

As Diretrizes Curriculares do Estado do Maranhão apontam para novos momentos destinados à formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento, à produção de materiais didáticos locais e assistência técnica sistemática para o trabalho com os temas sociais. Tais momentos formativos foram realizados na escola estudada, conforme figura abaixo:



Figura 4. Reunião de professores em formação no auditório da escola. Fonte: Arquivo da escola, 2015.

Os temas sociais, a saber, educação em direitos humanos, educação para as relações étnico-raciais e de gênero e orientação sexual, educação fiscal, entre outros veem sendo debatidos, em grandes formações continuadas por disciplinas ou em reunião com todos os professores do ensino médio, como acontece no CEEFM Dr. Geraldo Melo, vide foto acima. Estes temas e outros são sugeridos pelos próprios professores de acordo com as necessidades do alunado local e trabalhados de forma articulada com as disciplinas, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica. Portanto, requer do professor, um tratamento didático, com base no método proposto pelas diretrizes curriculares do estado. Nessa perspectiva, o currículo é uma construção social e cultural da escola como espaço de produção do saber institucionalizado e dos saberes que vão compondo as práticas sociais que ali se desenvolvem (Sacristán, 2000).

Assim, os conteúdos disciplinares e não disciplinares se complementam mutuamente, tendo em vista os objetivos sociais, levando os alunos a pensar em uma perspectiva de cunho político, a refletir, analisar e avaliar e, sobretudo, a se posicionar criticamente em face dos diversos contextos. As atividades curriculares propõem um ensino para além dos conteúdos universalistas e homogeneizantes, centrado apenas nas

disciplinas escolares, e passa a construir um conhecimento que tenha a função social de valorizar as diversidades e concebê-las como inerentes ao funcionamento da sociedade.

Dessa forma, as práticas pedagógicas concretas se inscrevem na vida real se voltam para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais relacionados ao cuidado com a comunidade, à justiça social e fiscal, aos direitos humanos, à equidade socioambiental, à valorização da cultura, à proteção do meio ambiente natural e construído, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.

Portanto, trata-se de uma abordagem curricular integrada e transversal, contextualizada, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, participação e cooperação, aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, tendo em vista os componentes curriculares. O tratamento pedagógico do currículo deve permitir a valorização do negro na cultura maranhense, do papel da mulher, os representantes das etnias indígenas, das populações do campo, do meio ambiente, da cultura, do cidadão que financia os serviços do Estado por meio do pagamento de tributos, das produções dos artistas populares; da variação linguística e da oralidade, da liberdade do corpo de homens e mulheres, meninos e meninas em diferentes espaços de aprendizagem e de participação, de relações solidárias e de respeito ao outros desde a instituição de ensino.

Por isso, apenas as disciplinas não são suficientes para alcançar a integralidade dos processos educacionais que precisam instrumentalizar o/a aluno (a) para o exercício da cidadania na pluralidade em que se constituíram a sociedade brasileira (CF Art. 206, III).

O trabalho pedagógico deve, então, articular os conteúdos, proporcionando as aprendizagens que variam de acordo com o tratamento didático dado aos conteúdos das disciplinas, do tema transversal, do projeto didático e da comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola. Desse modo, o grau de profundidade das habilidades e das competências, as questões particulares de cada realidade e a capacidade cognitiva dos alunos são em si, a própria diversidade representada pelo tratamento didático com os conteúdos.

Cada tipo de conteúdo a ser aprendido define uma forma de mediação, de maneira que, tanto os objetivos sociais e educacionais (conceituais, atitudinais e procedimentais), vão demarcar o modo como esses conteúdos precisam ser trabalhados e quais as competências que serão formadas.

CAPÍTULO 2 A PRÁXIS DOCENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA NO MARANHÃO

De acordo com a metodologia das Diretrizes Curriculares do estado, o professor tem o papel de mediador na construção social do conhecimento do aluno, protagonista, do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o ponto de partida da prática pedagógica deve ser os conhecimentos prévios dos alunos, para que estes alcancem um nível mais complexo de aprendizagem, proporcionado pelos planos de ensino. Para tanto, o planejamento dos conteúdos disciplinares e temáticos precisa estabelecer sequências didáticas que favoreçam a apropriação dos conhecimentos e, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno, possibilitando, assim, que a escola cumpra sua função social: instrumentalizar alunos e alunas para uma prática cidadã, progressão de estudos, qualificação para o trabalho...por isso, o professor propõe situações desafiadoras que valorizem a aprendizagem inicial dos alunos e alunas, de forma encadeada e com graus crescentes de complexidade.

Assim, a Proposta Pedagógica da Escola deve ser reelaborada com base nas Diretrizes Curriculares, deve primar por metodologias de ensino que enfatizem a participação interativa, problematizadora, participativa e dialógica dos estudantes na construção dos seus próprios conhecimentos. Em síntese, o processo de aprendizagem favorece a construção de novos conceitos das práticas sociais, ampliando o universo cultural dos alunos.

2.1 Breve histórico e realidade da escola

O Complexo e Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dr. Geraldo Melo, foi instituído pelo Decreto nº 19164/2002, sendo entidade de natureza educacional.

A escola foi fundada em 26 de setembro de 1976, em decorrência da necessidade dos moradores do Conjunto Habitacional Cohab - Anil. Inaugurada pelo então governador Dr. Osvaldo da Costa Nunes Freire, recebeu o nome de Unidade Escolar “Dr. Geraldo Melo” em homenagem ao médico Dr. Geraldo de Oliveira Melo que prestou grandes serviços na área de saúde à população de São Luís, na formação de inúmeros profissionais, bem como no exercício da medicina. Em 1981, no governo João Castelo, a escola passou a ser chamada Unidade Integrada de 1º grau “Dr. Geraldo Melo”, de acordo com Resolução nº246/95 do CEE, agregando à sua estrutura organizacional a modalidade de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, passando a funcionar nos turnos: matutino, vespertino e noturno.

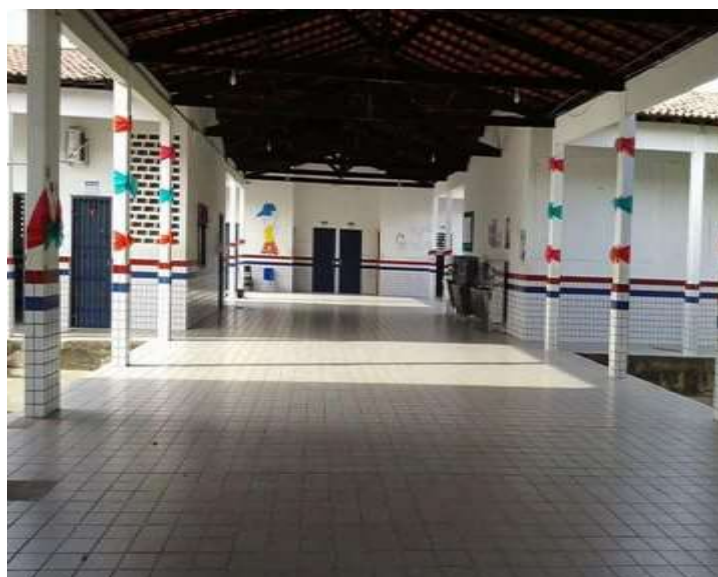


Figura 5. Átrio do CEEFM Dr. Geraldo Melo. Fonte: Arquivo da escola, 2015.

No ano de 2004 foi transformada em Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dr. Geraldo Melo.

Durante todo o seu funcionamento, a escola passou por várias reformas. Houve um momento em que, por motivo dessas reformas, teve que funcionar temporariamente no Salão Paroquial da Igreja Católica do Bairro da Cohab, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Atualmente a escola possui uma estrutura física composta de doze (12) salas de aula.

E segundo Regimento Interno do CEEFM, destaca-se: a missão da Escola: “trabalhar na formação do indivíduo questionador, consciente e dinâmico para o exercício da cidadania profissional consoante aos desafios abordados pela sociedade em que vive”; Sua visão: “seremos uma escola de referência na qualidade da construção do conhecimento que oferta condições para formar cidadãos conscientes e ativos, participando na sociedade em que vive”. E suas crenças e valores: “acreditamos no desenvolvimento humano como: honestidade, dignidade, responsabilidade e respeito ao próximo, na confiança em Deus e agir conforme os preceitos para que a humanidade possa viver em paz”.

Para a melhor compreensão da realidade escolar do CEEFM Dr. Geraldo Melo, apresenta-se abaixo o desempenho do alunado no cadastro estadual do IDEB, 2013, destacando-se o rendimento de 146 (Cento e quarenta e seis) alunos avaliados, em Língua Portuguesa, respectivamente com os seguintes índices: 186,11 e 242,80 no que tange a aprendizagem destes, vide, (ANEXOS C, e D).

2.2 A pesquisa: diretrizes aplicadas no ensino da Língua Portuguesa na “Escola Digna” com a BNC – Base Nacional Comum.

Nossa pesquisa coincide com o lançamento e implementação do Projeto Escola Digna da Secretaria de Educação do governo do Estado do Maranhão, em toda

rede de ensino, além de reunir ainda esforços para contemplar a BNCC - Base Nacional Comum Curricular para a aplicação das diretrizes no ensino de Língua Portuguesa.

Assim, faz-se necessário apresentar e esclarecer todo o Programa Escola Digna, que atualmente constitui-se como a macropolítica de educação da SEDUC e tem por finalidade institucionalizar as ações da secretaria em eixos estruturantes que subsidiam teórico, político e pedagogicamente as ações educativas da Secretaria de Estado da Educação, como política de Estado, de modo a orientar as unidades regionais, as escolas e os setores da SEDUC, dando-lhes uma unidade em termos de concepção teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Dentre os eixos que compõem a macropolítica estão: Fortalecimento do Ensino Médio, na perspectiva de uma política de educação integral e integrada, Formação Continuada dos profissionais da educação, Regime de colaboração com os municípios que institucionaliza o Programa Escola Digna enquanto programa de governo, Gestão Educacional, Avaliação institucional e da Aprendizagem e o eixo que transversaliza os demais, Pesquisa, Ciência e Tecnologias.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, no contexto do Programa Escola Digna enquanto macropolítica de educação, esta busca:

Promover ações voltadas para a qualificação e formação continuada dos profissionais da educação, para a ampliação da gestão democrática das secretarias e das escolas, garantindo aos profissionais, estudantes e comunidade o direito de participação ativa no processo educativo e para o estabelecimento de um Pacto de colaboração com os municípios, visando que todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos possam ter, em todas as escolas maranhenses, sejam elas da Rede Estadual ou Municipal, o direito fundamental a uma escola de qualidade".
(<http://www.educacao.ma.gov.br/escola-digna/>)

Nesse sentido, considera-se que o desenvolvimento de um processo educativo de qualidade, independente da disciplina ou currículo, passa pela elaboração de uma política de educação construída de maneira coletiva, a fim de apontar, estrategicamente, ações que desencadeem a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem. Assim, a SEDUC, tem assumido a educação como uma política pública de estado, e em articulação com diferentes setores, têm promovido ações educacionais que envolvem dimensões diversas, abrangentes para a formação dos indivíduos, para qualificação dos espaços escolares, a fim de orientar as atividades pedagógicas e curriculares, bem como tem sido demonstrado no planejamento das atividades didático-pedagógicas do CEEFM Dr. Geraldo Melo, e constatados aqui nas ilustrações selecionadas neste trabalho. A macropolítica de Educação apresenta os seguintes, objetivos estratégicos conforme divulgação em sítio institucional:

- Implementar, coordenar e avaliar ações voltadas para o desenvolvimento de uma política curricular, visando envolver técnicos e equipes escolares na implementação de mudanças no Ensino Médio que possibilitem garantir a todos os estudantes aprendizagem de qualidade na perspectiva integral;
- Propor, acompanhar e avaliar ações de formação continuada dos profissionais da Rede Estadual e das Secretarias Municipais, fortalecendo o Regime de Colaboração entre Estado e municípios;
- Propor ações de formação, de apoio pedagógico e de assessoria para a elaboração de orientações curriculares, tendo em vista garantir o fortalecimento do pacto pela qualidade da educação pública no Estado do Maranhão;

- Orientar, propor ações, acompanhar e avaliar o processo de institucionalização da escolha de gestores das unidades escolares;
- Propor, orientar e acompanhar o processo de avaliação institucional e da aprendizagem, tendo em vista a melhoria na qualidade da aprendizagem dos estudantes;
- Propor ações pedagógicas que orientem um novo olhar para o ensino e aprendizagem por meio das mediações tecnológicas, a fim de apresentar a pesquisa como princípio metodológico das práticas pedagógicas.
(<http://www.educacao.ma.gov.br/escola-digna>)

Desse modo, o Programa Escola Digna organiza as ações em eixos estruturantes, cujos princípios orientadores são: inclusão social; o respeito à diversidade; a formação integral e integrada; a democracia e participação na gestão; a avaliação diagnóstica, formativa e processual no contexto escolar; o ensino comprometido e aprendizagem significativa; ensino pela pesquisa e uso das tecnologias.

Enquanto que, Base Nacional Comum Curricular, BNCC¹⁵, requer que o trabalho coletivo tenha continuidade e sistematicidade, planejamento, organização e rigor, visando favorecer o debate democrático e criativo. Os processos desta implementação comungam também com a aplicação das diretrizes e provocaram, assim, uma reflexão sobre as condições de realização da avaliação interna da escola pesquisada. O planejamento e o desenvolvimento do trabalho pedagógico, como previsto na LDB, são indissociáveis das várias dimensões da avaliação e sua natureza contínua e cumulativa.

¹⁵ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) norteia a formulação e implementação dos currículos da educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, e para a formulação dos Projetos Pedagógicos das escolas. Avança em relação a documentos anteriores ao definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento os quais todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros devem ter acesso ao longo de seu processo de escolarização. A BNCC deve ser a orientação de toda a escolarização básica. Em todas as etapas de escolarização – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – esses direitos subsidiam a definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos componentes curriculares.

Atualizado na 2.^a versão de 2016, disponível no sítio institucional da SEDUC, http://www.educacao.ma.gov.br/files/2015/11/MEC_BNCC_versao2_abr2016-1.pdf, e em conformidade com o PNE (2014-2024), compete à Base Nacional Comum Curricular definir os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que orientarão a elaboração dos currículos nacionais. Aprendizagem e desenvolvimento são concepções intrinsecamente ligadas a um processo de transformações contínuas que ocorrem durante toda a vida do indivíduo, integralizando fatores relacionados à cognição, à sociabilização, à afetividade, às emoções, e também a fatores físicos. O direito de aprendizagem e desenvolvimento constituem, na BNCC, conceitos que norteiam a elaboração dos objetivos de aprendizagem de forma específica em cada componente curricular.

Nesse sentido, assegurar o direito de aprender e de se desenvolver, pressupõe também, buscar meios que garantam o acesso equânime de oportunidades de desenvolvimento do estudante e da sua formação comum, indispensáveis ao exercício da cidadania. Assim, são definidos na BNCC alguns direitos fundamentais à aprendizagem e ao desenvolvimento a serem realizados em todas as etapas da Educação Básica. Esses direitos se explicitam em relação aos princípios éticos, políticos e estéticos, nos quais se fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil/ MEC, 2013) e que por sua vez, devem ser balizadoras de uma educação voltada à formação integral do ser humano, com vistas à transformação da sociedade, alicerçada nos princípios éticos, políticos e estéticos e nos valores de justiça e equidade, lutando contra qualquer tipo de discriminação, preconceito e exclusão.

No que tange ao Ensino Médio, como no Ensino Fundamental, é feita uma apresentação inicial da etapa, seus estudantes, e das dimensões de formação apontadas para ela pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, para o Ensino Médio (MEC, 2013):

trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Referidos a essas dimensões, são definidos, na BNCC, quatro eixos de formação, que articulam o currículo ao longo de toda a etapa. São eles: Letramentos e capacidade de aprender; Solidariedade e sociabilidade; Pensamento crítico e projeto de vida; Intervenção no mundo natural e social. Esses dois últimos eixos apresentam diferenciações em relação àqueles do Ensino Fundamental, dadas as especificidades do Ensino Médio, quando se espera dos jovens um maior protagonismo e autonomia frente às questões da vida social e na relação com os conhecimentos. Na apresentação da etapa do Ensino Médio há, ainda, uma referência às possibilidades de integração da etapa à Educação Profissionalizante e Tecnológica.



Figura 6. Palestra vocacional profissionalizante. Fonte: Arquivo da escola, 2015.

No CEEFM Dr. Geraldo Melo, muito se tem trabalhado os temas integradores¹⁶, para tal foi realizada uma rodada de palestras sobre vários temas tais como: Orientação vocacional e de carreira, Economia, educação financeira e sustentabilidade, Culturas indígenas e africanas, Culturas digitais e computação, Direitos humanos e cidadania e educação ambiental. A rodada de palestras foi coordenada e desenvolvida pela direção e coordenação pedagógica com participação dos próprios professores da escola. Na estrutura do BNCC, os temas integradores desempenham papéis específicos conceitualmente:

Os Temas Integradores permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a educação básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. (MEC, 2014 . PP).

É importante ressaltar que a proposta de Língua Portuguesa que aqui se apresentou durante a pesquisa na referida escola, está adequada ao conjunto de documentos e orientações oficiais, como os Parâmetros e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, reformula-se conforme o Programa Estadual Escola Digna e tem se adequado ao BNCC, a partir de pesquisas acadêmicas e de outros currículos pesquisados em outros estados.

¹⁶ Esses temas derivam de um ordenamento legal que implica em alterações nas orientações curriculares emanadas da LDB ou que agregam responsabilidades aos sistemas de ensino em relação a temáticas a serem abordadas no currículo. Dentre essas modificações, destacam-se: a Lei nº 9.475/1997, que alterou o artigo 33 da LDB, prevendo a obrigatoriedade do respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; a Lei 11.645/2008, que alterou o artigo 26-a da LDB, para incluir no currículo a obrigatoriedade de “história e cultura afro-brasileira e indígena”, a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso; o Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Decreto nº 7.397/2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

2.3 Análise e Discussão dos Dados Qualitativos 2014-2015

O desenvolvimento de capacidades de uso da língua assume foco principal em todas as formações pedagógicas no idioma materno, centralidade do texto nas práticas de linguagem, possibilitam grandes avanços em relação ao conhecimento sobre como desenvolver capacidades de leitura, escrita e oralidade na escola. Trata-se, também, de projeto coerente com as finalidades da Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LDBEN nº 9394/96, art.º 22).

Foram realizadas entrevistas com três professoras do componente curricular de Língua Portuguesa e com a gestora da escola, cargo em que a mesma ocupa há pouco tempo, pois ela é também a supervisora pedagógica, tendo sido eleita como gestora há alguns meses e ainda não há substituto para o cargo de supervisão.

Quanto à possibilidade de utilização de questionários, mesmo tendo sido elaborados, preferiu-se, entretanto, aderir à entrevista roteirizada, pelo contexto da escola, uma vez que existe uma relação de bastante abertura entre as pessoas entrevistadas e a entrevistadora e entendendo-se que a entrevista é mais rica do ponto de vista de dados.

Observou-se nas falas das professoras que há domínio de conhecimento quanto ao componente curricular específico de sua área de atuação, no entanto, o mesmo não ocorre na mesma proporção quanto aos saberes docentes que são importantes à

constituição das práticas pedagógicas, especificamente sobre o tema em estudo que são as diretrizes curriculares.

Na caracterização dos resultados, elaborou-se os seguintes descritores nos contextos pedagógicos, a partir do roteiro de entrevistas com os professores investigados: a) diretrizes em contexto, podendo-se qualificar o professor em Favorável, Não Favorável e da opinião de que as diretrizes não têm nenhuma influência sobre sua práxis. b) mudanças com a implantação das diretrizes, enfatizando se ocorreram ou não, ou se ainda estão em processo.

Como benefícios foram identificados pelos professores os principais: ampliação do repertório do aluno, construção de conhecimentos por parte dos estudantes, interdisciplinaridade, contextualização da realidade.

Já os desafios e dificuldades, percorrem as seguintes áreas: estruturais da escola, formação do professor, comprometimento profissional, e o baixo nível dos alunos egressos. A figura abaixo resume a coleta principal dos dados da pesquisa, reunidos a partir das entrevistas realizadas.

Figura 7: Quadro de análise qualitativa do conteúdo das entrevistas com professores

PROFESSORES	DIRETRIZES EM CONTEXTO	MUDANÇAS COM A IMPLANTAÇÃO	BENEFÍCIOS	DESAFIOS/ DIFICULDADES
Professora 1	Favorável	Ocorreram	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia repertório do aluno; • Contextualização da realidade; • Interdisciplinaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos materiais • Formação do professor • Comprometimento profissional
Professora 2	Favorável	Em processo	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia repertório do aluno; • Planos de ensino contextualizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação do professor • Baixo nível dos alunos egressos
Professora 3	Favorável	Ocorreram	Amplia repertório do aluno	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos materiais • Comprometimento profissional
Professora 4	Favorável	Ocorreram	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação do professor

		Positivas	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de conhecimentos por parte dos estudantes; • Interdisciplinaridade; 	
--	--	-----------	---	--

Fonte: a autora, 2016

Na estrutura da educação básica no componente língua portuguesa, o gênero/texto passa a ter atenção central e se associa a áreas de atuação social: no dia-a-dia, na literatura, no exercício da cidadania e na participação da vida política da sociedade. Na BNCC os gêneros textuais/ discursivos foram escolhidos em função dessas formas de atuação social. A leitura, a escrita e a oralidade como práticas de linguagem, estão organizadas por campos de atuação, e isto indica a importância da contextualização do conhecimento escolar, cujas práticas emergem do cotidiano da vida social e, precisam fazer sentido aos estudantes, ou seja, estar contextualizados significativamente, o que vem sendo observado, operacionalizado, ano a ano, (neste caso, vide acompanhamento da coleta de dados em gráficos entre os anos 2014-2015), abaixo o rendimento por turma/série no ano de 2014:

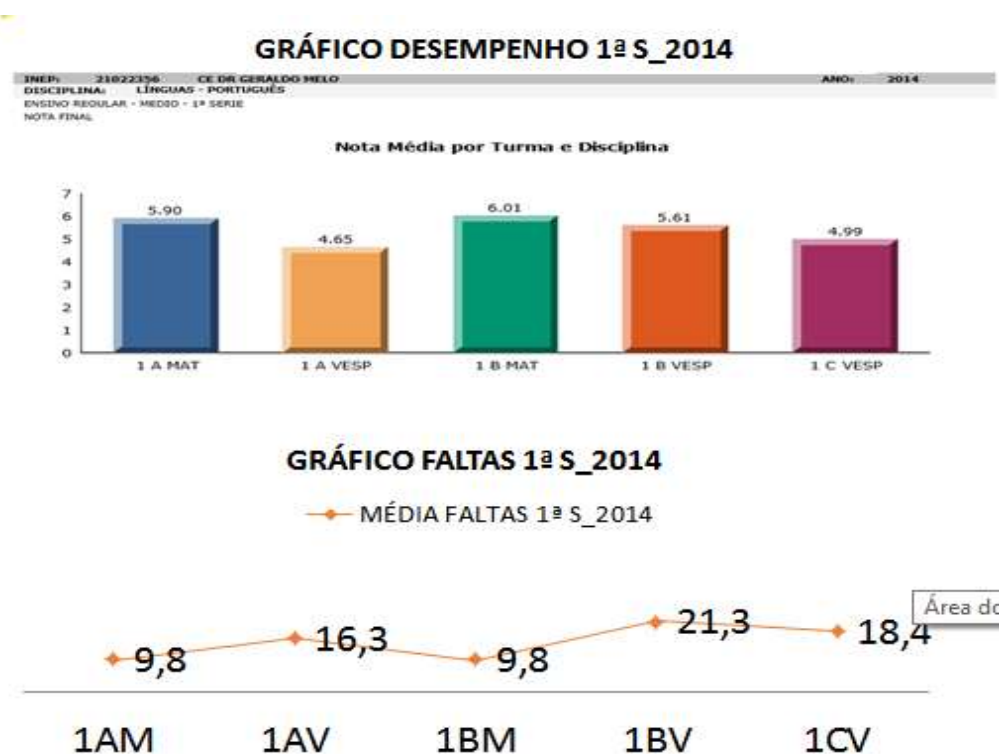


Figura 8. Desempenho em Língua Portuguesa – 1.ª Série. Fonte: INEP, 2014.

Seus componentes disciplinares e temáticos geraram por certo, aprendizagens, em diferentes momentos do processo de apropriação dos conhecimentos pelos alunos. Portanto, tudo que acontece nos espaços de aprendizagem deve ser muito bem planejado para que não haja evasão dos conteúdos e das aprendizagens da escola, finalidade primordial dessa importante instituição humana, social, cultural e política.

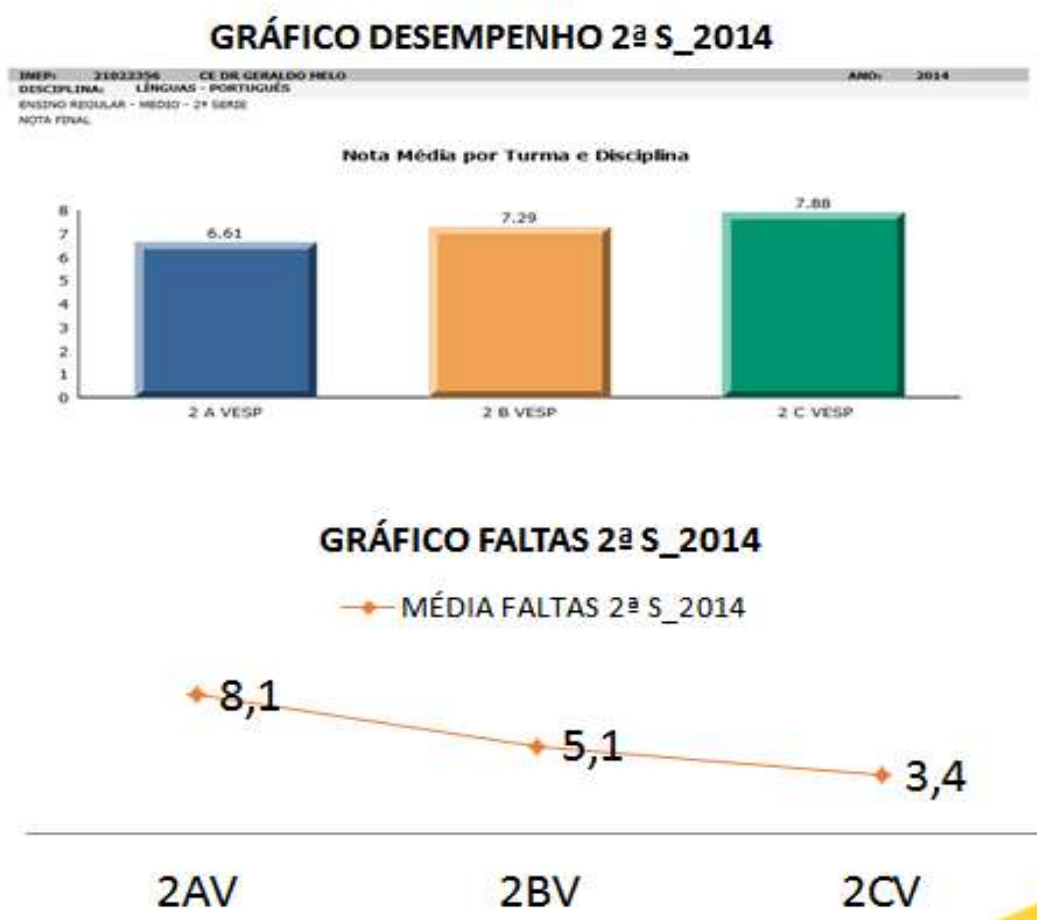


Figura 9. Desempenho em Língua Portuguesa – 2.ª Série. Fonte: INEP, 2014¹⁷

Constata-se portanto, a partir dos registros nos gráficos acima, que em 2014, a turma que mais logrou êxito, em Língua Portuguesa no CEEFM Dr. Geraldo Melo, foi da 2ª série, alcançando uma média de notas em desempenho escolar até de 7,88 na

¹⁷ Fonte: INEP, 2014

turma 2C, vespertino. E pode-se afirmar que além também de ter o menor número, em média de faltas, 3,4, foram seus professores e alunos os que mais se esforçaram em aplicar as diretrizes curriculares adequadamente, produzindo atividades e participando de eventos de formação para o incremento do Programa Escola Digna, junto a esta comunidade escolar. Além de estarem contribuindo efetivamente nas discussões locais da BNCC.

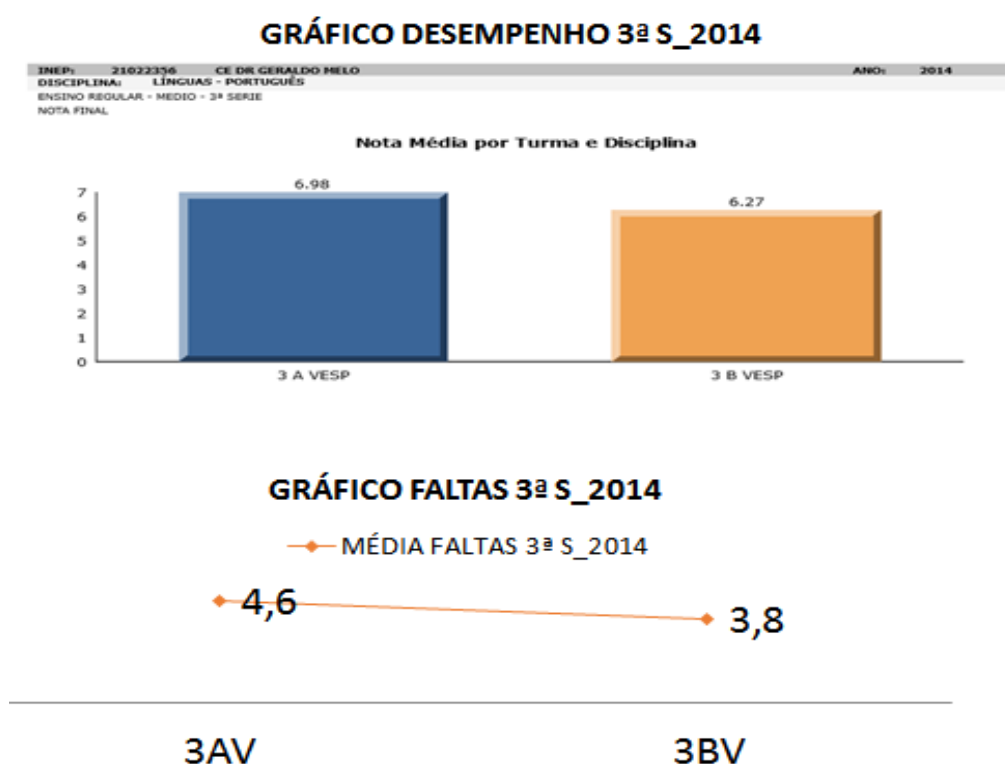


Figura 10. Desempenho em Língua Portuguesa – 3.ª Série. Fonte: INEP, 2014¹⁸.

As entrevistas foram realizadas na sala de professores da escola, nos horários de intervalos entre as aulas das entrevistadas. O ambiente é espaçoso e aconchegante, mesmo não tendo sido a princípio, construído para este fim, pois o mesmo era uma classe de aula desde a fundação da escola, e, como não havia uma sala própria para a equipe docente, foi feita uma adaptação do espaço. A sala é composta por

¹⁸ Fonte: INEP, 2014

armários para cada docente, uma mesa para reuniões pedagógicas e está organizada com quadros de avisos para cada turno, contendo horários, informes e avisos, objetivando manter uma boa comunicação interna. Os assentos são confortáveis e o ambiente é climatizado e silencioso, propício para a realização desta atividade de entrevistas.

Percebeu-se que no decorrer da efetivação das entrevistas, havia por parte dos professores envolvidos, comprometimento e disponibilidade quanto à sua realização, no entanto, percebeu-se também, um baixo nível de conhecimento sobre o tema, verificando-se que o corpo docente de um modo geral não está totalmente inteirado ou envolvido com esse novo momento de implantação das novas diretrizes curriculares.

A professora 1, avalia favoravelmente as diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa no contexto escolar, afirmando que elas ajudam o aluno a fazer uma leitura de mundo e se posicionar sobre o assunto. A professora 2, afirma que, as diretrizes trazem para o contexto escolar metas a serem alcançadas, porém faz uma ressalva de que, cabe ao professor decidir quais estratégias favorecerão o desenvolvimento de habilidades e competências em sala de aula. Enquanto que a professora 3, também considera favorável a utilização das diretrizes dentro do contexto escolar, ao afirmar que, servem como um documento norteador no processo ensino-aprendizagem. Já a professora 4 as considera positivas, pois segundo ela, as diretrizes curriculares definem o que é necessário ensinar em cada disciplina, oferecendo uma base comum que deve ser seguida em todo o estado e ainda incentivam a autonomia das escolas e do comprometimento de seus professores.

Quanto às mudanças ocorridas no cotidiano escolar e práxis docente a partir da adesão das diretrizes no componente curricular de Língua Portuguesa, as professoras 1 e 3 consideram que ocorreram mudanças significativas: a professora 1 afirma que

possibilitou trabalhar a realidade social e política na disciplina de Língua Portuguesa e ainda que melhorou o entendimento da importância da implantação de um padrão básico no processo ensino-aprendizagem, e esse entendimento, segundo a mesma, facilita a execução do trabalho. Semelhantemente a professora 3 reforça a ideia de que houve mudanças com a implantação das diretrizes, principalmente no que tange ao planejamento dos professores com conteúdos mais adequados à realidade dos estudantes, entendendo também que as mudanças ainda estão em processo de construção e que ainda há muito a avançar.

Já para a professora 4, houve mudanças quanto a uma reflexão mais crítica sobre a prática no ensino de Língua Portuguesa, bem como, a revisão e reelaboração do meu Plano de Ensino. Despertou também maior conscientização sobre a importância do meu papel como professora corresponsável pela formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

Quanto às possibilidades de proporcionar benefícios, é unânime entre as quatro professoras, de que as diretrizes podem ampliar o repertório dos estudantes, onde é indicado pela professora 1, que as diretrizes ajudam o aluno a ler e interpretar um texto de forma que ele saiba fazer uma leitura de mundo e se posicionar sobre o assunto e que possibilitam o trabalho com conteúdos de forma contextualizada e interdisciplinar, por meio de processos que fazem sentido, acrescentando novas problemáticas aos temas estudados.

A professora 2 afirma que as novas diretrizes permitem o reconhecimento de uma visão de mundo através dos textos literários explicando também que os Planos de Ensino são de interesse e fazem sentido à comunidade escolar como um todo, sendo também são orientadores do que se espera da escola.

A professora 3, entende que elas facilitaram o trabalho no dia-a-dia da sala de aula e que os conteúdos tornaram-se mais flexíveis no processo ensino-aprendizagem.

Para a professora 4, as diretrizes possibilitam uma contextualização mais adequada de acordo com a realidade dos estudantes, além de darem ênfase à construção de conhecimentos por parte dos estudantes, através de problematizações e contextualização do que deve ser conhecido, bem como a prática interdisciplinar, por meio de processos que fazem sentido, acrescentando novas problemáticas aos temas estudados. Entendendo que toda mudança passa por desafios, foram elencados pelas professoras entrevistadas, algumas dificuldades para a implantação das diretrizes curriculares em Língua portuguesa que são: deficiências no aspecto estrutural, falta de laboratório de informática, de biblioteca, de máquina de reprografia e até mesmo a falta de livros. A necessidade de ampliação da Formação dos professores bem como a necessidade de um maior comprometimento profissional por parte de alguns docentes foi também, como mencionado pela professora 2 um fator desafiador a que a escola precisa superar, já o baixo nível de aprendizagem dos alunos egressos, foi mencionado pela professora 3. Enquanto que a necessidade de mais formação aos professores de Língua Portuguesa, foi apontada também pela professora 4, sugerindo que sejam feitas orientações metodológicas dos conteúdos para que possam oferecer aos alunos aulas mais preparadas e mais elaboradas, bem como, materiais e acompanhamento pedagógico.

Em comparação ao ano seguinte, 2015, observe-se os gráficos abaixo que irão consubstanciar nossas conclusões a seguir:

GRÁFICO DESEMPENHO 1ª S_2015

INEP: 21022256 CE DR GERALDO MELO
 DISCIPLINA: LÍNGUAS - PORTUGUÊS ANO: 2015
 ENSINO REGULAR - MÉDIO - 1ª SÉRIE
 NOTA FINAL

Nota Média por Turma e Disciplina

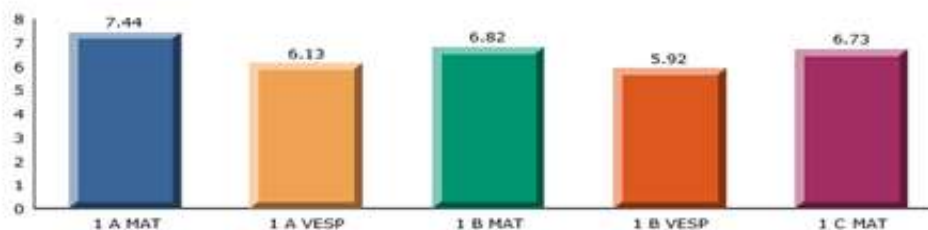


GRÁFICO FALTAS 1ª S_2015

MÉDIA FALTAS 1ª S_2015

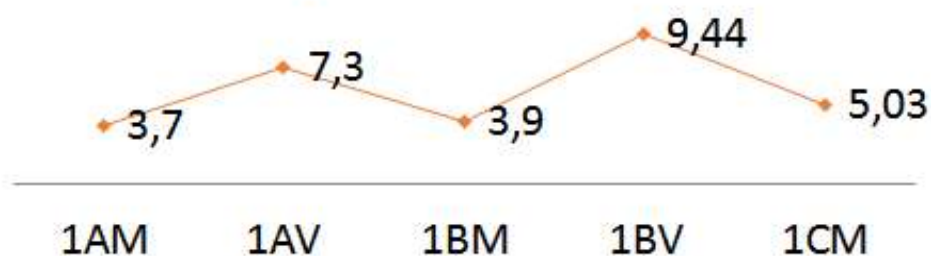


Figura 11. Desempenho em Língua Portuguesa – 1.ª Série. Fonte: INEP, 2015¹⁹.

¹⁹ Fonte: INEP, 2015

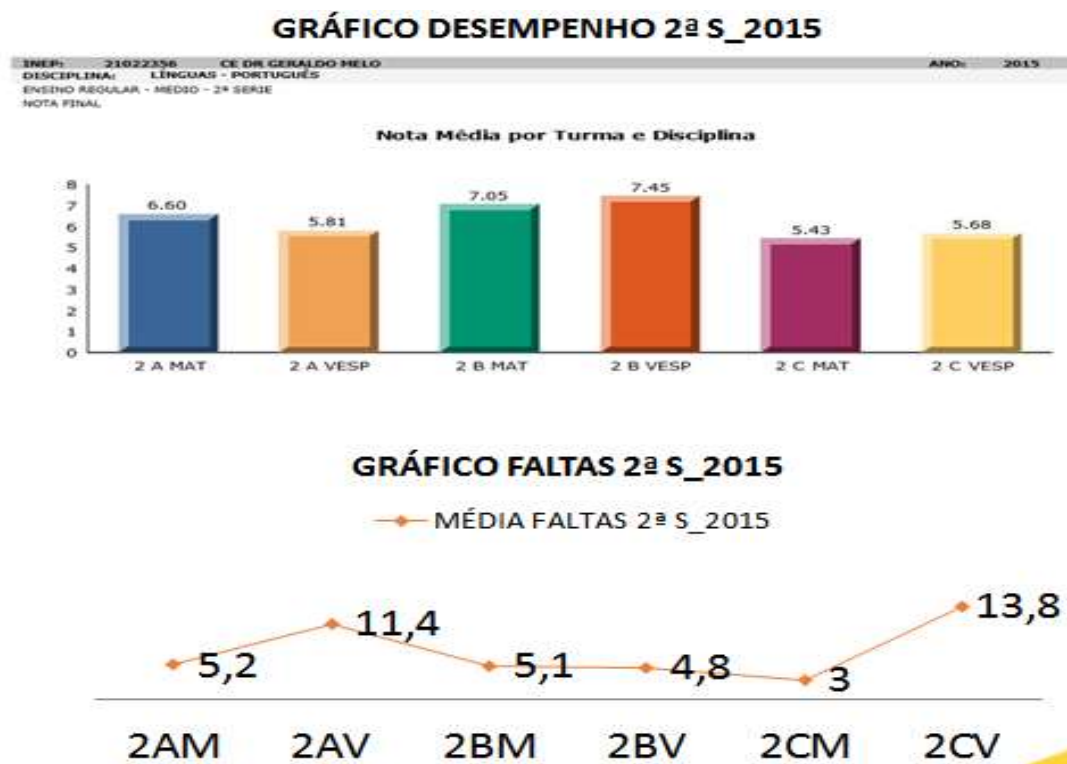


Figura 12. Desempenho em Língua Portuguesa – 2.ª Série. Fonte: INEP, 2015²⁰.

No geral, pode-se considerar que o número de faltas aumentou bastante, chegando ao seu pior índice no 2ºC, vespertino em 13,8, o que comprometeu significativamente o alcance de melhores resultados de nossa pesquisa na composição geral dos desempenhos para o final dos dois anos letivos: 2014-2015, como crescentes. Entretanto vale ressaltar, que mantiveram nas três séries em 2015, médias de desempenhos similares, entre 6,0 e 7,0 de rendimento, significando uma universalidade da aprendizagem.

²⁰ Fonte: INEP, 2015

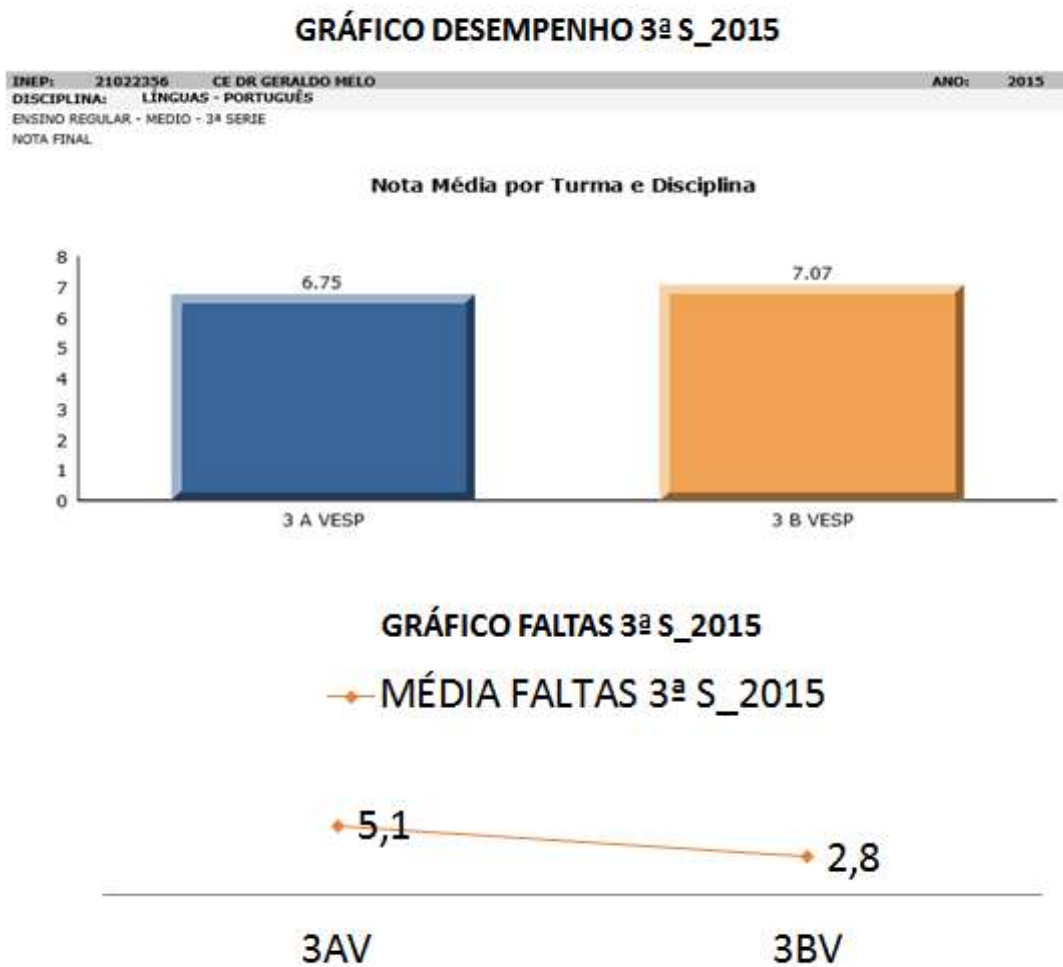


Figura 13. Desempenho em Língua Portuguesa – 3.ª Série. Fonte: INEP, 2015²¹.

Observa-se portanto que, minimamente conforme a BNCC, Se uma face do aprendizado da Língua Portuguesa decorre da efetiva atuação do estudante em práticas de linguagem de três tipos (oralidade, leitura e escrita), situadas em campos de atuação específicos, a outra face provém da reflexão sobre a própria experiência de realização dessas práticas. Temos aí, portanto, o eixo do conhecimento sobre a língua e sobre a norma padrão, que se desenvolve transversalmente aos três eixos - leitura, escrita e oralidade - e envolve análise textual, discursiva, gramatical e lexical.

²¹ Fonte: INEP, 2015

E assim todos os esforços da gestora, equipe técnica da escola, e especialmente seu corpo docente em Língua Portuguesa contribuem para reunir objetivos de aprendizagem sobre conhecimentos gramaticais, em uma perspectiva funcional, regras e convenções de usos formais da língua que darão suporte aos eixos da leitura, escrita e oralidade.

Tais objetivos abrangem, entre outros aspectos: o sistema alfabético de escrita, conhecimentos sobre a “gramática” da língua, ou seja, sobre as regras que explicam o seu funcionamento, conhecimentos sobre a norma padrão e algumas de suas convenções. Para o desenvolvimento de atividades de produção escrita e leitura de textos é importante direcionar o trabalho numa abordagem de categorias gramaticais (fonéticas/ fonológicas, morfológicas, sintáticas, morfossintáticas) e de convenções da escrita (concordância, regência, ortografia, pontuação, acentuação). Auxiliando assim a experiência do estudante no uso da linguagem e na articulação entre “uso e reflexão”. Nesse contexto, é importante uma formulação teórica e prática, articulando debates sobre ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, em reuniões e formações para toda a comunidade escolar pesquisada.

Ressalta-se que coletou-se dados sobre o Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, entretanto por não ser o cerne principal de nossa pesquisa, optou-se por analisar e refletir somente a partir dos dados e informação do Ensino Médio Regular, especificamente do trabalho realizado com as diretrizes curriculares na disciplina Língua Portuguesa.

Na Base Nacional Comum Curricular são propostos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento relacionados ao eixo conhecimentos sobre a língua e sobre a norma de diversas maneiras, a depender da etapa de escolarização. No tocante, a etapa que reportou-se a pesquisa em seu corte temporal e de lócus, ou seja no Ensino

Médio regular, tais objetivos estão distribuídos ao longo das Unidades Curriculares em que se organizam os componentes da etapa, referidos aos campos de atuação nos quais espera-se que os estudantes não apenas façam uso competente da Língua, mas que tenham uma atitude investigativa e criativa em relação a ela.

E é a partir desta ótica que surge a fundamentação dos elementos que ora são apresentados, para melhor contextualizar as considerações finais de nossa pesquisa, no que diz respeito aos impactos causados a partir da práxis investigada. A exemplo, a literatura que se apresenta como um campo de atuação composto por gêneros narrativos e poéticos que circulam socialmente. As obras literárias além de abranger textos do passado e do presente que ampliam o repertório de referências culturais e as respostas sobre o estar no mundo, também favorecem uma melhor compreensão da diversidade sócio-cultural, e da natureza humana. E assim, enfatizou-se o planejamento de projetos didáticos na disciplina, nas três séries, de 2014 a 2015, como uma maneira menos complexa de desenvolver as atividades de ensino e aprendizagem, favorecendo a percepção da pluralidade de aspectos que formam a realidade, pois permite a articulação entre as áreas de conhecimento as atividades de ensino e aprendizagem.

Os principais elementos dos projetos didáticos explorados foram: as temáticas sociais, ou os problemas em si, muitas vezes trazidos pelos próprios alunos em debates em sala, o tempo, a sequência didática e o(s) produto (s) final (is), que quase sempre compunham a culminância do projeto, envolvendo toda a comunidade escolar, como já pode-se observar nas fotos e ilustrações desta dissertação, como gincanas interdisciplinares, saraus poéticos, seminários.

Acompanhou-se as diferentes fases de elaboração dos projetos, especialmente pela posição privilegiada do meu campo de atuação na referida escola a supervisão escolar. Desde o plano de ensino até a aprendizagem exigem um

envolvimento muito grande de todos os participantes, pois, além do conteúdo de cada projeto, o processo envolve também a escolha do tema ou problema, a elaboração, execução, avaliação e a previsão de continuidade. As escolhas literárias, para cada ano da escolaridade, pressupõem um sujeito em formação, seja ele adolescente ou jovem, possuidor de repertórios literários, e membro de uma coletividade que compartilha bens culturais com endereçamentos específicos, conforme a idade. Embora não se possam determinar cortes objetivos relacionados a preferências, estilos e temas, a BNCC evidencia, para cada etapa, um leque de gêneros literários adequados aos leitores em formação, e assim se faz, também necessário que todo o corpo docente da disciplina tenha ciência, o conhecimento em si a ser abordado, e o comprometimento com a execução do projeto, e isto não ocorreu em sua totalidade, o justifica também os índices de desempenhos registrados pelo (INEP, 2015)

2. 4 Reflexões sobre os impactos causados a partir da práxis investigada

Com base nos objetivos gerais do componente Língua Portuguesa na Educação Básica, (abaixo descritos) e na busca da adequação e aplicação das Diretrizes Curriculares do estado do Maranhão para a disciplina, bem como a inserção do Programa de Escola Digna, refletiu-se sobre os impactos possíveis advindo da investigação científica no CEEFM Dr. Geral do Melo, reitera-se a saber objetivamente:

Dominar, progressivamente, a norma padrão, sendo capaz de produzir análises sobre o funcionamento da língua portuguesa, com atenção para algumas especificidades do português usado no Brasil e reconhecendo o papel da norma culta para o uso da língua oral e escrita.- Planejar e realizar intervenções orais em situações públicas e analisar práticas envolvendo gêneros orais (conversa, discussão, debate, entrevista, debate regrado, exposição oral), assim como desenvolver escuta atenta e

crítica em situações variadas. - Planejar, produzir, reescrever, revisar, editar e avaliar textos variados, considerando o contexto de produção e circulação (finalidades, gêneros, destinatários, espaços de circulação, suportes) e os aspectos discursivos, composicionais e linguísticos. - Desenvolver estratégias e habilidades de leitura - antecipar sentidos e ativar conhecimentos prévios relativos aos textos, elaborar inferências, localizar informações, estabelecer relações de intertextualidade e interdiscursividade, apreender sentidos gerais do texto, identificar assuntos / temas tratados nos textos, estabelecer relações lógicas entre partes do texto – que permitam ler, com compreensão, textos de gêneros variados, sobretudo gêneros literários – Ler e apreciar textos literários de diferentes culturas e povos, valorizando desde os autores da nossa tradição literária àqueles da cultura popular, bem como a literatura afro-brasileira, africana e obras de autores indígenas – Compreender que a variação linguística é um fenômeno que constitui a linguagem, reconhecendo as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem e refletindo sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções; Apropriar-se, progressivamente, de um vocabulário que permita ler/escutar e produzir textos orais e escritos, identificando e utilizando palavras novas, bem como seus sinônimos; consultando obras de referência para compreender o significado de palavra desconhecida analisando a diferença de sentido entre palavras e refletindo sobre as escolhas feitas pelo autor para atender a uma finalidade de texto. (BNCC, 2ª versão, 2016. p.90).

Então, faz-se necessário esclarecer, que tais objetivos de aprendizagem e desenvolvimento acima, são recomendados para cada ano/série em questão, e a progressão das habilidades de leitura ao longo da escolarização para o componente Língua Portuguesa estão organizados a partir da conjugação dos seguintes aspectos: i) o

desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e oralidade (identificar, localizar, inferir, comparar, analisar, defender posicionamento, produzir etc.); ii) o desenvolvimento de atitudes e valores (apreciar, valorizar, reconhecer a importância); iii) o domínio de conhecimentos sobre gêneros/tipos textuais e seus determinantes sociais; iv) o domínio de conhecimentos sobre o sistema linguístico, sua estrutura, seus recursos e as funções desses recursos, o que amplia a complexidade do fato a ser analisado, por ser este um processo rico em nuances e aspectos a serem considerados diante de cada contexto e situação escolar do aluno e do professor.

O primeiro impacto perceptível na realidade pesquisada reside na busca de um processo de escolarização para o Ensino Médio mais voltado à consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, buscando articular o conteúdo às competências e habilidades desenvolvidas com a preparação básica para o trabalho, a cidadania e o prosseguimento nos estudos e, ainda, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos e dos fundamentos teórico-práticos dos componentes curriculares disciplinares e temáticos.

O segundo impacto significativo, e que já configura nova realidade em algumas outras escolas da rede estadual de ensino é a educação integral. Pois, já deixando de ser apenas proposta, a educação integral vislumbra a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas, bem como o compartilhamento da tarefa de educar e de cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, a família e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, tendo em vista a melhoria da aprendizagem e da convivência social, e isto vem se concretizando com a implantação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) que

foi criado no dia 02 de Janeiro de 2015, em parceria com a, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do estado do Maranhão.

O IEMA contempla a ideia de educação integral, amplia as possibilidades profissionais, com o intuito de ofertar uma educação profissional técnica de nível médio no estado. Segundo divulgação da imprensa local, a proposta é implantar o Instituto em 23 (vinte e três) municípios até 2018, oferecendo à sociedade infra-estrutura, equipamentos e pessoal para o desenvolvimento de cursos técnicos integrados ao ensino médio, respeitando as necessidades locais e as prioridades estratégicas do Maranhão.

O IEMA está organizado em Unidades Plenas e Unidades Vocacionais. As Unidades Plenas em funcionamento são: São Luís, Bacabeira, Pindaré-Mirim. As cidades a serem contempladas com Unidades Plenas são: Balsas; Carutapera; Chapadinha; Coelho Neto; Colinas; Coroatá; Cururupu; Dom Pedro; Estreito; Imperatriz; Matões; Paço do Lumiar; Presidente Dutra; Santa Helena; Santa Luzia; São José de Ribamar; São Mateus; São Vicente Ferrer; Tutóia e Vitória do Mearim. As Unidades Vocacionais em funcionamento são: São Luís/Praia Grande, São Luís/Escola de Cinema, São Luís/ Estaleiro-Escola. As cidades a serem contempladas com Unidades Vocacionais são: Caxias, Imperatriz, Barra do Corda, Açailândia, Santa Inês, Brejo, Codó, Pinheiro, Pedreiras e Carolina.

Conforme Coelho (1999), a educação integral não é apenas uma questão pedagógica, é uma necessidade social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê, no seu Art. 34, a ampliação progressiva do tempo de permanência na escola. O Plano Nacional de Educação estabelece em sua meta de nº 6 oferecer educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da Educação Básica. Consolidar a Educação

Integral enquanto política pública é uma tendência confirmada pelas iniciativas presentes em todas as esferas governamentais, municipal, estadual e federal.

Neste sentido, a Rede Estadual de Educação do Maranhão implanta a política de educação integral, tendo em vista a perspectiva da garantia de uma aprendizagem com qualidade, para o desenvolvimento integral do ser humano.

Trabalhar o currículo em tempo integral possibilita uma abordagem mais qualitativa e interdisciplinar, na medida em que se podem fundir conhecimentos/conceitos educacionais, artísticos e culturais, de saúde, do mundo do trabalho, com vistas a uma visão mais abrangente do próprio ato de aprender. A formação integral não se limita aos conteúdos escolares tradicionais, mas também não os renega e, junto a eles, procura outras formas de conhecer possibilidades de o aluno se encontrar como ser humano no mundo que o cerca, como cidadão na sociedade e como profissional no mundo do trabalho.

Constatou-se também como o terceiro impacto mais profundo, das Diretrizes Curriculares do estado do Maranhão na práxis dos docentes de língua portuguesa, dentre outro, foi a avaliação e recuperação da aprendizagem, que antes era mais formal, regimental mesmo e meritocrática. Com a consolidação das diretrizes e formações pedagógicas na área, não somente o CEEFM Dr. Geraldo Melo teve seu sistema de avaliação redimensionado, mais também reorganizado a partir de duas dimensões: uma interna, a avaliação da aprendizagem realizada, sobretudo, pelo professor como parte do seu fazer pedagógico, cujo objetivo é verificar se o estudante aprendeu o que o professor se propôs ensinar após cada aula ministrada, atividade desenvolvida e/ou tarefa realizada pelo estudante; e outra externa - avaliação do desempenho escolar em larga escala (INEP, 2015), de natureza sistêmica, realizada por

agente externo à escola, com o objetivo de verificar o que o estudante deveria ter aprendido em determinado período e etapa da educação básica.

E, ainda, a avaliação institucional que pode ser interna (autoavaliação) ou externa (avaliação que utiliza instrumentos produzidos e aplicados por pessoas de fora da instituição), realizada com o objetivo de verificar o grau de satisfação e eficiência da instituição referente ao serviço prestado. Enfoca-se aqui, portanto, a avaliação da aprendizagem como processo inerente ao método de ensino e ao currículo proposto com vistas à superação da concepção de avaliação seletivista e excludente para uma avaliação a favor das aprendizagens dos alunos.

Fundamentada nas legislações educacionais vigentes e em estudos realizados nas últimas décadas, a concepção de avaliação ora apresentada como balizadora da prática avaliativa das escolas da Rede Estadual de Ensino, como as que aderirem ao regime de colaboração, encontra-se baseada na perspectiva de um currículo histórico-crítico²². Logo, a avaliação da aprendizagem permeia todo o caminho pedagógico de apreensão dos novos conhecimentos tomando como referência a prática social do aluno. A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida em três dimensões: avaliação inicial, avaliação processual e avaliação de resultado.

Assim, a avaliação faz parte do planejamento de ensino, acompanha o desenvolvimento dos saberes, orientando intervenções, averigua construções individuais e coletivas do conhecimento, assumindo funções e dimensões diferenciadas, de acordo com a situação de aprendizagem.

²² O currículo é compreendido como a expressão das concepções de ser humano, da natureza, da sociedade, de conhecimento, da educação, do ensino e da aprendizagem, das pretensões sobre a escola e seu papel social, das práticas pedagógicas e das relações nela vividas. E, como resultado disso, a seleção intencional de conhecimentos pelos quais devem ser socializados para toda a população, uma vez que são requisitos fundamentais para o processo de humanização de cada indivíduo, (DUARTE, 2011)

Nesse sentido, a avaliação é inerente ao método de ensino, pois está presente em todos os momentos do trabalho pedagógico com foco na apreensão dos saberes na descrição curricular para a etapa de ensino.

Segundo Gasparin (2009), a problematização conduzirá o professor e os educandos no entendimento do conteúdo sistematizado, pois ambos se apropriarão dos conhecimentos com significado e sentido para as suas vidas. A avaliação inicial fornece informações aos professores sobre o desempenho dos educandos e, com base nesse diagnóstico, o professor terá subsídios suficientes para intervir e tomar decisões responsáveis, no que se refere ao planejamento pedagógico, e, assim, atender as necessidades de aprendizagens dos educandos por meio do acompanhamento de desempenho ao longo do processo. Pois, para Luckesi (2003), o ato de avaliar implica em dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Portanto, não é possível uma decisão sem um diagnóstico, assim como não é possível um diagnóstico sem uma consequente decisão. Nessa perspectiva, o professor precisa compreender que o ato de diagnosticar é um ato de conhecimento, a partir do qual decisões podem e devem ser tomadas.

Desse modo, é relevante destacar que o conhecimento do professor sobre a realidade dos estudantes oferece elementos para uma avaliação prévia que poderá dar um novo sentido tanto para o ensino como para aprendizagem, ponto de partida de quem ensina e de quem aprende. Essa avaliação, por parte do professor, consiste em levantar hipóteses sobre os conteúdos a serem trabalhados, e os educandos, por sua vez, responderão o que esse desafio significa para eles em termos de aprendizagem.

Os instrumentos para a realização dessa avaliação devem contemplar questões que permitam verificar o que, o quanto e a qualidade das aprendizagens, saberes e domínios efetivados em processos pedagógicos antecedentes.

O resultado dessa avaliação deve ser observado no documento de registro do professor, expressando as reais condições de aprendizagem dos estudantes no início do processo de ensino e pode servir na comparação entre o ponto de partida e o de chegada do trabalho pedagógico. Pois um diagnóstico é um conhecimento que o professor adquire por meio de dados que devem ser qualificados, permitindo-lhe tomar decisões e fazer as intervenções pedagógicas necessárias para que os estudantes avancem no seu processo de aprender. A avaliação inicial faz parte do processo de ensinar e aprender. Assim compreende-se como fundamental que, logo nas primeiras semanas de aula, este momento letivo, seja destinado ao diagnóstico das aprendizagens anteriores objetivando conhecer as condições de aprendizagem dos estudantes, com vistas à elaboração do plano de ensino anual.

Segundo Hoffmann (2001), na perspectiva de avaliação processual, pode-se pensar na avaliação como mediadora de um processo permanente de troca de mensagens e significados, como parte do processo de interação dialética, do espaço de encontro e do confronto de ideias entre o professor e o estudante em busca de patamares qualitativamente superiores de conhecimentos. A avaliação processual deve ser formativa, possibilitando ao professor o acompanhamento dos avanços e das dificuldades dos estudantes ao longo do processo. Para Perrenoud (1999), pode-se considerar como formativa toda prática de avaliação contínua que pretende contribuir para melhorar as aprendizagens.

A mediação do professor possibilitará a ambos a apreensão do que cada um tem a comunicar ao outro. Quando isso acontece, realiza-se um momento de avaliação, que se relaciona com a etapa da instrumentalização do método, em que o professor sente a realização positiva ou o momento crítico do seu ensino. De acordo com o pensamento de Gasparin (2009), a instrumentalização propicia um confronto essencial no processo

de ensino e aprendizagem entre os educandos e o objeto da sua aprendizagem, por meio da mediação do educador. No momento em que o educando faz um resumo de tudo o que aprendeu, segundo as dimensões do conteúdo trabalhado, elabora mentalmente um novo conceito, ou seja, constrói um conhecimento novo.

Desse modo, enfatiza Gasparin (2009) sobre a avaliação da aprendizagem, alertando que o educando não deve demonstrar o que aprendeu sobre o conteúdo apenas para a realização de uma prova, mas para expressar na prática que se apropriou de um novo conhecimento para compreensão da realidade, visando transformá-la.

Finalmente, o professor realiza sua avaliação a partir do trabalho desenvolvido com os estudantes e estes avaliarão em que medida o conteúdo teórico se transformará em ação após ser trabalhado, este é o momento da prática social final, ou seja, é o momento da avaliação na prática, em consonância com a síntese do método didático.

Nesse sentido, a prática social final se efetiva quando há mudança de comportamento do educando, ou seja, quando o mesmo se posiciona diante das problemáticas cotidianas, intervindo positivamente na solução destas (Gasparin, 2009). A avaliação de resultado pretende verificar, na medida em que for sendo realizada, se o processo de ensino e aprendizagem, efetivamente, está acontecendo nos momentos precisos, com vistas a identificar os avanços esperados.

As atividades avaliativas serão catalogadas nos registros, pois subsidiarão as análises para chegarmos aos resultados finais de cada período do ano letivo e registrados em documento oficial da rede/escola, com vistas às tomadas de decisões sobre a promoção do educando. O resultado do processo pedagógico é avaliado e julgado, segundo os padrões de qualidade estabelecidos nas matrizes disciplinares. O julgamento da aprendizagem é expresso numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e o valor

deve ser registrado pelo professor, ao final de cada período, no sistema de gestão acadêmica da escola. A rede estadual de ensino determina que a média mínima para que os educandos prossigam para a série/ano seguinte é 7,0 (sete), indicando que a aprendizagem do educando correspondeu aos padrões de aprendizagem estabelecidos como adequados para a rede.

O professor hoje, ao planejar o processo avaliativo, orienta-se por critérios de avaliação que norteiem as aprendizagens essenciais e as competências básicas que o educando precisa ter desenvolvido ao final de uma etapa ou ano, almejando prosseguir nos seus estudos. Os critérios de avaliação são estabelecidos tendo como base as competências e habilidades a serem desenvolvidas e consolidadas no Ensino Fundamental e Ensino Médio, propostos para cada área de conhecimento, assim como as aprendizagens esperadas constantes das matrizes de cada disciplina. No entanto, os critérios de avaliação não devem confundir-se com essas competências e habilidades.

Cabe ressaltar que nenhuma avaliação pode ser feita sem que os critérios sejam previamente estabelecidos pelo professor e sejam conhecidos por todos os estudantes (Antônio, 2008).

A recuperação da aprendizagem tem caráter obrigatório, conforme legislação vigente (LDBN n.º 9.394/96), sendo de responsabilidade da escola e de seus professores. Deve ser desenvolvida em momentos distintos: recuperação paralela e final. A recuperação paralela ocorre no processo, de forma permanente e não apenas em um momento pontual em sala de aula, devendo acontecer sempre que o educando apresentar dificuldades de aprendizagem durante todo o processo educativo.

Nesse momento, os professores devem propor atividades diversificadas de compreensão e consolidação da aprendizagem, adequadas à superação das dificuldades dos educandos, utilizando os instrumentos avaliativos, contidos nas Diretrizes de

Avaliação da Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino do Maranhão. Deve-se fazer o registro provisório dessas avaliações para fins de validação do processo de aprendizagem. A recuperação final envolve um conjunto de procedimentos pedagógicos intensificados, dirigidos aos educandos, que, mesmo após serem submetidos à recuperação paralela, não alcançaram um nível de aprendizagem satisfatória. A recuperação final será realizada em período fora da carga horária mínima anual e dos dias letivos. A nota final do educando, ao término do ano letivo, deverá ser alterada após a prática da recuperação final.

CONCLUSÃO

O domínio linguístico, sobretudo, da leitura e da escrita padrão pelo aluno que conclui o nível médio de ensino tem sido motivo de preocupação para os professores, gestores, pedagogos, políticos e governantes. O final dessa etapa de estudos remete para o encaminhamento profissional, a escolhas e decisões de exercício da cidadania ou não, bem como encaminhamentos para o desenvolvimento pessoal, social e coletivo do homem e da sociedade em que está inserido. Por isso, reitera-se aqui a relevância desta pesquisa, que investigou como as escolas públicas de Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, por meio dos gestores e professores, estão concebendo e desenvolvendo, dentro do contexto da sua realidade local, a implantação das Diretrizes Curriculares realizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), e assim analisou-se entre os anos de 2014 e 2015 os impactos da implantação destas novas Diretrizes Curriculares do Sistema de Ensino do Estado do Maranhão, no cotidiano da escola CEEFM Dr. Geraldo Melo no Componente Curricular de Língua Portuguesa.

O Ministério da Educação e Cultura, buscando propostas de abordagens pedagógicas mais eficazes que as tradicionalmente adotadas, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais que, a partir de 1997 para o Ensino Fundamental (Brasil, 1998) e 1999 para o Ensino Médio (Brasil, 1999), apresentam muitos objetivos e algumas sugestões para o ensino de língua materna, com fundamentos na concepção interacionista de linguagem. Assim como em 2006, com uma republicação em 2010, foram elaborados os Referenciais Curriculares do Ensino Médio do Maranhão, sem, contudo, naquele momento, capacitar de modo consistente o grande número de

professores atuantes em sala de aula, em contato direto com os alunos, a um tipo de ensino que produza os efeitos desejados.

Portanto, se fez necessário contextualizar brevemente o Ensino Médio no Maranhão, a partir de um viés histórico-crítico, bem como quanto social e cultural, buscando a compreensão do fenômeno, valorizando os aspectos descritivos das ações pedagógicas dos componentes curriculares, em especial no componente Língua Portuguesa ministrado no CEEFM Dr. Geraldo Melo, partido da pesquisa-ação para o estudo de caso, como base metodológica, pois percorreu as atividades pedagógicas, o fato ensino/aprendizagem, inclusive com dados estatísticos do INEP dos desempenhos e rendimentos escolares entre os anos de 2014 e 2015. Consubstanciou-se toda a trajetória da investigação com informações iconográficas, (fotos, gráficos, quadros...) e com as percepções pessoais dos sujeitos envolvidos (alunos, professores, e coordenadores/supervisores pedagógicos), por meio de entrevistas roteirizadas.

Como os impactos das Diretrizes Curriculares Estaduais, em Língua Portuguesa verificadas nessa pesquisa se manifestam junto a comunidade escolar, foi o problema percorrido, assim pode-se considerar que quanto à linguagem, especificamente, os PCN (Brasil, 1999, p. 35-38), têm uma visão teórica da língua, um tanto quanto, utópica; muitas vezes, quanto a sua aplicação, propõem a comunicação como processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, construindo e desconstruindo os sentidos. Sustentados pela concepção sócio-interacionista da linguagem, compreendem que a opção metodológica no ensino deve dar prioridade ao saber linguístico que o aluno já possui e os seus usos da linguagem em diferentes esferas sociais. Entretanto percebeu-se já, a superação do alunado descrito neste documento, que através de seminários, gincanas, saraus literários e outros se revelam como produtor de textos, e agora mais artísticos, políticos e midiáticos,

incentivados e mediados por professores em formação constante e continuada, envolto em pesquisas e busca de conhecimentos menos teóricos e mais práticos, enfim pedagogicamente mais preparados.

Para se adequarem às novas orientações, a SEDUC, a partir de 2014 implementou já em 1.233 escolas espalhadas em todo o estado o documento das Diretrizes Curriculares, de modo a auxiliar na obtenção de resultados exitosos. Pode-se perceber, entretanto que na escola de Ensino Médio em que a pesquisa foi realizada, o Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dr. Geraldo Melo, atualmente com 12 (doze) salas de aula funcionando, os pressupostos que fundamentam tal concepção estão em processo de transformação; o ensino de Língua Portuguesa nos moldes tradicionais está superado; os professores empenham-se em adotar práticas metodológicas que expressem resultados mais satisfatórios no uso da língua. Esses resultados não são os elencados idealmente nos manuais.

Apesar da pesquisa ter sido realizada em apenas uma escola de nível médio, acreditamos que os resultados são similares aos de outras instituições de ensino. A transformação vem operando-se lentamente e é através de discussões dos problemas e de propostas de curso de aperfeiçoamento, de atualização, de projetos de pesquisa, ensino interdisciplinar e extensão que a escola caminha para o Programa brevemente apresentado aqui, como Escola Digna e que também por entender que paralelamente a investigação prioritária, vem ocorrendo as discussões da Base Nacional Comum Curricular que um dos objetivos principais da pesquisa, que é contribuir para que a aprendizagem do uso da Língua Portuguesa, no nível médio de ensino, se efetive como a de uma prática social pela qual os usuários se constituem e ajam como sujeitos históricos, a realização deste trabalho se enobrece.

Enumera-se os 03 (três) mais severos impactos encontrados: 1) um processo de escolarização para o Ensino Médio mais voltado à consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, articulando o conteúdo às competências e habilidades desenvolvidas para o trabalho, a cidadania e o prosseguimento nos estudos, além da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico e tecnológicos dos processos produtivos. 2) a nova configuração de educação integral, com a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas, bem como o compartilhamento da tarefa de educar e de cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, a família e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, tendo em vista a melhoria da aprendizagem e da convivência social, e isto vem se concretizando com a implantação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), 3) o redimensionamento da avaliação e recuperação da aprendizagem, que antes era mais formal, regimental mesmo e meritocrática e com a consolidação das diretrizes e formações pedagógicas na área, não somente o CEEFM Dr. Geraldo Melo teve seu sistema de avaliação reorganizado a partir de duas dimensões: uma interna, e outra externa - avaliação do desempenho escolar em larga escala (MEC/INEP), de natureza sistêmica, realizada por agente externo à escola, com o objetivo de verificar o que o estudante deveria ter aprendido em determinado período e etapa da educação básica. Fundamentada nas legislações educacionais vigentes e em estudos realizados nas últimas décadas, a concepção de avaliação ora apresentada como balizadora da prática avaliativa das escolas da Rede Estadual de Ensino, permeia todo o caminho pedagógico de apreensão dos novos conhecimentos tomando como referência a prática social do aluno e está compreendida agora em três dimensões: avaliação inicial, avaliação processual e avaliação de resultado.

Finalmente, espera-se que nossa discussão possa contribuir para debates e problematizações sobre o ensino de Português e novos discursos elaborados em manuais didáticos para professores da rede pública. Conforme se pode perceber, os problemas do Ensino Médio, assim como o de outros níveis, não se limitam à parte metodológica, mas têm sua origem na estrutura sócio-política do país, tornam-se mais acentuadas com a estrutura familiar-cultural da clientela e com a estrutura organizacional do sistema de ensino que, visando a alguns benefícios, impõe regras que sucateiam a sua qualidade e culminam dentro da sala de aula, com todos os problemas mencionados, mas diante dos vislumbres dos impactados aqui revelados, possa-se ampliar a discussão a respeito das competências, e fazer com que a categoria central nas diretrizes curriculares para o Ensino Médio e sua relação com o ensino técnico, ou tecnológico e profissional seja mais frutífero para o jovem estudante.

Neste caso, constatou-se que essa relação não se efetivou em sua totalidade, dada a existência de caminhos diferenciados de formação geral e de formação específica, do alunado do CEEFM Dr. Geraldo Melo.

Sendo assim, da análise dos dados e de sua problematização, inferiu-se que a experiência da elaboração a implantação das recomendações das diretrizes curriculares em Língua Portuguesa para a práxis docente não se materializou continuamente na rede pública estadual obedecendo a normas ou manuais, em decorrência das condições de infra-estrutura, de formação docente e de descontinuidade da ação pública estadual maranhense, em alguns recintos.

Reafirma-se que a articulação entre os percursos formativos na forma do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica de nível médio pode representar uma oportunidade de formação integral do ser humano, imprescindível na realidade maranhense, e que a Língua Portuguesa é componente curricular fundamental

para a formação do sujeito que se quer educar. No estado do Maranhão, no entanto, na escola rede pública estadual, é muitas vezes interrompida, pela falta de continuidade dos Programas, pela transferência do apoio, técnico, financeiro e pedagógico para outras áreas de acordo com os encaminhamentos das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Anastasiou, L.G.C. & Alves, L.P. (Orgs). (2004). *Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula* (3.^a Ed.). Santa Catarina: Univille.
- André, M.E.D.A. (2005-2008). *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber.
- Antonio, R. M. (2008). *Teoria histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica: o desafio do método dialético na didática*. Secretaria de Estado da Educação. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Castells, M. (2008). *O Poder da Identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Coelho, L. M. C. C. (1999). *Brasil e escola pública de tempo integral: por que não?* Rio de Janeiro: DP et Alli
- Conselho Estadual de Educação. (2014). *Diretrizes Curriculares da Rede de Ensino Estadual do Ensino Médio - Maranhão*: SEDUC.
- Conselho Nacional de Educação. (2010). *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Brasília: MEC.
- Conselho Nacional de Educação. (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação*. Brasília: MEC.
- Corrêa, V. (2005). *As relações sociais na escola e a produção da existência do professor. Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, a. p. 128-147.
- Duarte, N. (2011). *Fundamentos da pedagogia histórico- crítica: a formação do ser humano na sociedade comunista como referência para a educação contemporânea*. In. Marsiglia, A.C. G. (Org.) *Pedagogia Histórico- crítica: 30 anos*. (1^a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Elia, M.F., Sampaio, F.F. (2001). *Plataforma Interativa para Internet: Uma proposta de Pesquisa-Ação a Distância para professores*. Anais do XII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Rio de Janeiro: UFRJ
- Fazenda, I. C. A. (2002). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* (5^a ed.) São Paulo: Edições Loyola,– (Coleção “Realidade Educacional – IV).
- Gasparin, J. L. (2009). *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. (5^aed.). Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção educação contemporânea).

Gerência de Desenvolvimento Humano. (1998). *Assistência preparatória pré-investimento para os Planos Estaduais de Reforma da Educação Profissional (PEP) e do Ensino Médio (PEM) do Estado do Maranhão*. São Luís: [s.n.].

Gerência de Desenvolvimento Humano. (1999). *Diretrizes e estratégias para a política educacional do Estado do Maranhão: síntese*. São Luís: [s.n.].

Gerência de Desenvolvimento Humano. (2000). *Novo ensino médio, educação agora é para a vida: plano de reforma e expansão do ensino médio do Maranhão*. São Luís: [s.n.].

Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1969). *Métodos em Pesquisa Social*. (3ª.ed.). São Paulo: Cia Editora Nacional.

Guilhon, D. & Rodrigues A. (2001). *Reforma administrativa e cultura organizacional do setor público: modelo de reforma administrativa implantado no Estado do Maranhão (1995-1998) – um estudo de caso*. São Luís: PPGE/CP/UEMA.

Hernández, F. et all. (2000.). *Aprendendo com as inovações nas escolas. Tradução de Ernani Rosa*. Porto Alegre: Artes Médicas,

Hoffmann, J. (2001). *Avaliar para promover: as setas do Caminho*. Porto Alegre: Mediação.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Pesquisa nacional por amostra domiciliar (PNAD)*. Consultado em: 30 mar. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (2015). *Relatório técnico do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB*. Brasília: INEP/Ministério da Educação.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.(2016). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: resultados e metas*. Consultado em 17 nov. 2016 Disponível em <http://www.http://ideb.inep.gov.br/resultado>

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. (2008). *Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão*. São Luís: IMESC

Luckesi, C. C. (2003). *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos.

Maciel, L. M. M.. (2002). *A reforma do ensino médio e os impactos na escola noturna: uma análise da concepção da reforma pelos sujeitos da escola média noturna*. 228f. *Dissertação (Mestrado)* - Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA

Marchiorato, L. (2013a). *Em busca de melhores resultados: manual de implantação das Diretrizes Curriculares*. Brasília, DF: MEC/INEP

Marchiorato, L. (2013b). *Fundamentos para a elaboração de Diretrizes Curriculares*. Brasília, DF: MEC/INEP

Marchiorato, L. (2013c). *Manual de orientação para reelaboração da Proposta Pedagógica das Escolas*. Brasília, DF: MEC/INEP

Marchiorato, L. (2013d). *Reflexões acerca da organização curricular: caderno de apoio*. Brasília, DF: MEC/INEP

Martucci, Elisabeth Márcia. (2001). *Estudo de caso etnográfico*. Brasília: Revista de Biblioteconomia de Brasília v. 25, n. 2.

Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria de Educação Fundamental. (1997/1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais. Tema Transversal: orientação sexual* (1a. a 4a. séries/5a. a 8a. séries). Brasília: MEC/SEF.

Ministério da Educação e Cultura. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Diário Oficial da União. 134(248), p. 27833-841, 23 dez.

Ministério da Educação e Cultura. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI.

Ministério da Educação e Cultura. (2016). *Base Nacional Comum Curricular*. Consultado em 01 jun.2016. Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/files/2015/11/MEC_BNCC_versao2_abr2016-1.pdf>

Perrenoud, P. (1999). *Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens*. Porto Alegre: Artimed.

Rodrigues, A. J. (2006). *Metodologia Científica*. São Paulo, Avercamp.

Sacristán, J. G. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. (3. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Saviani, D. (2005). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9.ed. Campinas: Autores Associados.

Saviani, D. (2007). *Educação do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez.

Saviani, D. (2003). *Currículo: um grande desafio para o professor*. SP: Revista de Educação, n. 16, p.35-38.

Saviani, N. (2000). *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade/conteúdo/ método no processo pedagógico*. (3. ed.) Campinas, SP: Autores Associados.

Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF.

Secretaria de Educação Fundamental. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais*. Brasília: MEC/SEF.

Secretaria Estadual de Educação. (2014). *Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino do Maranhão*. Consultado em: 19 abr. 2014. Disponível em: www.educacao.ma.gov.br.

Senado Federal do Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico.

Severino, A. J. (1998). *O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática*. In: Fazenda, I. *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, p.31-44.

Silva, T. T. (2011). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.156p.

Vasconcellos, C. S. (2008). *Construção do conhecimento em sala de aula*. (18ª ed.) São Paulo: Liberdade.

Vygotsky. L.S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (7ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky. L.S. (2008). *Pensamento e Linguagem*. (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Yin, Robert K. (2001) *Estudo de caso- planejamento e métodos*. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Zabala, V. (1998). *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

Zabala, V. (2002). *Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

LISTA DE LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 2208/1997 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto n.º 19164/2002

Decreto n.º 5154/2004 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto n.º 6949/2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Decreto n.º 7037/2009, aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH

Decreto n.º 7397/2010, institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira

Decreto Estadual Nº 18113/01, cria o Programa Estadual de Educação Fiscal para a Cidadania;

Decreto Nº 7.037/ 2009 , aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH.

Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Nº 9.795/ 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

Lei Estadual Nº 9279/2010 Institui a Política e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão.

Lei Nº 10.639/03, altera a Lei no 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei Nº 11.645/08, altera a Lei no 9.394/96, modificada pela Lei no 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, nº 413, de 31/12/2002

RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CEB/CNC, define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

APÊNDICES

**Apêndice A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIREÇÃO DA ESCOLA
PESQUISADA**

SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES E A ESCOLA

1. Qual a visão da gestão escolar sobre as mudanças ocorridas no currículo da disciplina Língua Portuguesa nos anos de 2014-2016.
2. A prática pedagógica dos professores na disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Médio foi alterada com as orientações das diretrizes curriculares nacionais, de que forma ?
3. A BNCC, tem influências na práxis docente em Língua Portuguesa na vida da comunidade escolar atualmente, como pode-se observar e constata-las ?
4. Liste possíveis impactos das Diretrizes Curriculares do Estado do Maranhão no ensino de Língua Portuguesa, na práxis docente e no rendimento escolar dos alunos do ensino médio.

**Apêndice B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA DA ESCOLA PESQUISADA**

A: SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES

1. Como se deu a instrumentalização para adequação das disciplinas às Diretrizes?
2. Caso tenha havido formações a esse respeito: quem? Onde? E qual a duração destas?
3. Que metodologias e recursos foram utilizados para facilitar a transmissão das mesmas aos professores pela gestão da escola?

B: SOBRE AS DISCIPLINAS E PROFESSORES

1. Como foi a aceitação e desempenho dos professores a partir das novas diretrizes curriculares?
2. Que disciplinas e professores se destacaram no acompanhamento e execução das mesmas? Justifique sua resposta.
3. Para gestão, enumere vantagens e desvantagens destas, junto especialmente ao ensino de Língua Portuguesa.
4. Comente o histórico da escola, destacando os marcos do seu desenvolvimento e organização.

**Apêndice C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES DA ESCOLA
PESQUISADA**

SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

1. Professor, como você avalia as diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa no seu contexto escolar?
2. O que mudou no seu cotidiano e práxis docente a partir da adesão às novas diretrizes para sua disciplina?
3. Liste benefícios, ou detrimientos, para os alunos após a inserção das Diretrizes Curriculares na disciplina de Língua Portuguesa.
4. Enumere desafios e dificuldades para a utilização das mesmas no processo de ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa, caso na sua opinião, exista algum.

APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS – ISEC****MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO****ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL****TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

A presente pesquisa contempla o projeto de pesquisa do Instituto Superior de Educação e Ciências - ISEC, no Mestrado em Ciências da Educação na área de Administração Educacional e se propõe a observar, fotografar e entrevistar os envolvidos no processo de ensino e prática pedagógica em Língua Portuguesa no Ensino Médio no estado maranhense, mais especificamente na escola Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dr. Geraldo Melo. A pesquisa intitula-se: Impactos das Diretrizes Curriculares do estado do Maranhão na Práxis dos Docentes de Língua Portuguesa e tem como objetivo principal analisar, entre os anos de 2014 e 2015, os impactos da aplicação das novas Diretrizes Curriculares do Sistema de Ensino do Estado do Maranhão, no cotidiano da escola C E E F M Dr. Geraldo Melo.

Para este fim, os intervenientes (gestores, técnicos, professores) serão convidados a participar da referida pesquisa como voluntários com seus respectivos alunos e serem acompanhados no processo de ensino e aprendizagem com a utilização das novas diretrizes curriculares na disciplina de Língua Portuguesa com entrevistas e observações sobre o uso dos recursos e metodologias desenvolvidas. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo. Entretanto, como estudo de caso que se impõe, pede-se permissão para menção aos nomes ou imagens dos participantes quando estas se fizerem necessárias à comprovação dos dados e informações, sendo preservada a

identificação e imagem dos alunos (menores), em quaisquer apresentações orais ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa é voluntária e o (a) participante pode a qualquer momento interromper a sua participação, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. Os pesquisadores responsáveis por esta pesquisa são a Professora Débora Correa Souza Fortaleza e sua equipe de investigação, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida que eventualmente o participante e/ou seu responsável legal venha a ter, no momento da pesquisa ou posteriormente, através dos telefones (+351) 21 754 1310 ou por email: agva@isec.universitas.pt, ou pelo telefone (+55) 98981081651 ou email:deboraslz2010@hotmail.com da mestranda pesquisadora Débora Correa Souza Fortaleza. Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter tido oportunidade para esclarecer todas as minhas dúvidas, eu autorizo a utilização dos meus dados, informações e imagens enquanto Participante da pesquisa.

Eu _____ autorizo a recolha, registo, tratamento e análise de minhas respostas em questionários, depoimentos em entrevistas e conversas informais, bem como de imagens e documentos escolares relacionados exclusivamente ao fim desta pesquisa.

Nome Completo do Participante: _____

Fone/Contato: _____

São Luís - MA, Brasil, de de 2015

Pesquisadora

Orientanda

Ana Teresa Gouveia

Orientadora – ISEC

ANEXOS

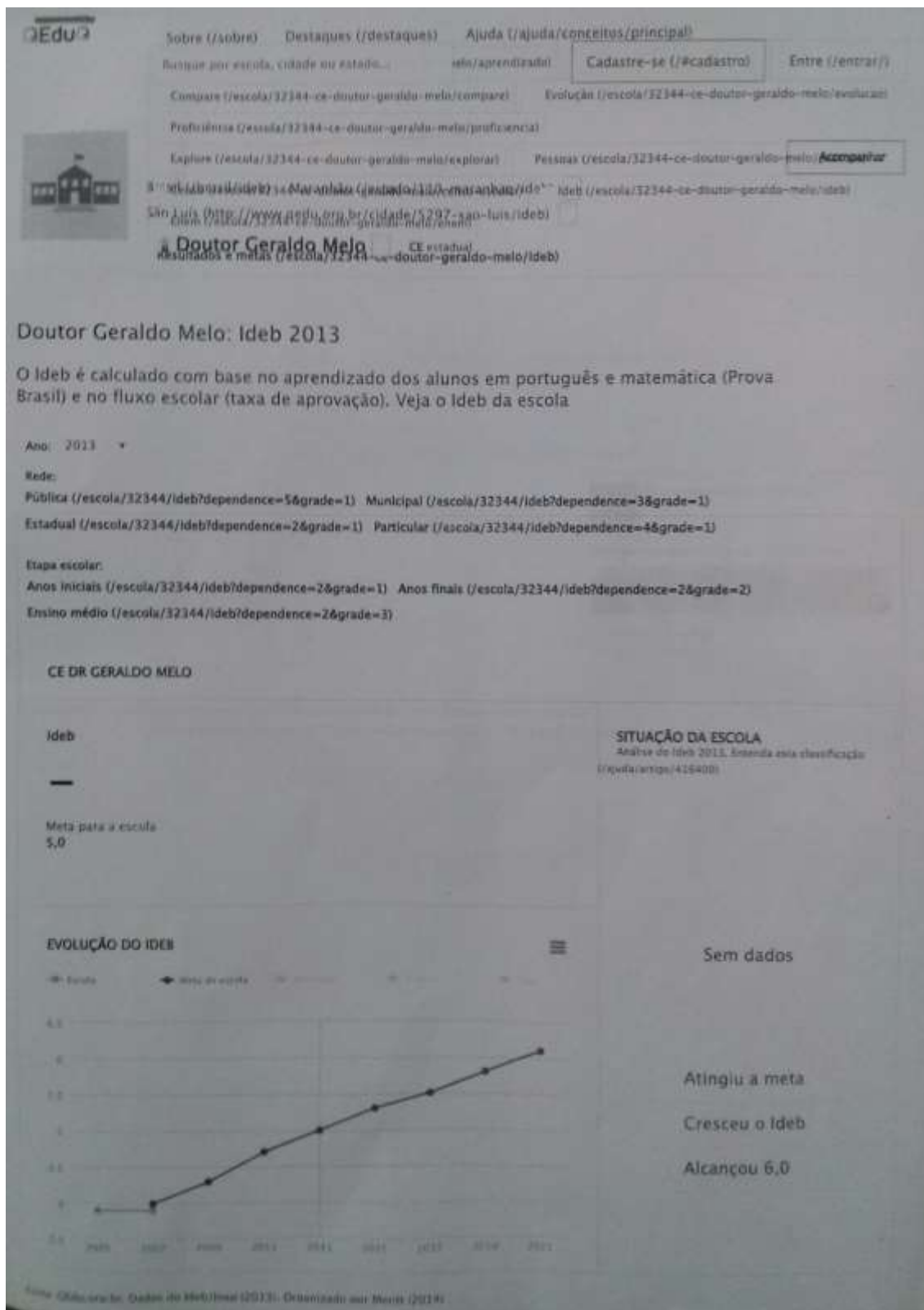
Anexo A: MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

ÁREA DO CONHECIMENTO: LINGUAGEM, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS - DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA				
O QUE SE ESPERA AO FINAL DA ETAPA	O QUE DEVERÁ SER APRENDIDO	O QUE DEVERÁ SER ENSINADO	COMO DEVERÁ SER ENSINADO	O QUE DEVERÁ SER AVALIADO
Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida;	Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação. Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais;	Estudo do texto: as sequências discursivas e os gêneros textuais no sistema de comunicação e informação;	Por meio da valorização de interfaces entre o conhecimento reflexivo de conteúdos linguísticos e literários e o cotidiano cultural em que o aluno está inserido.	As diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação; informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas;
Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção;	Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político. Analisar a função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interlocução. Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional. Reconhecer, em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos.	Estudo do texto literário: relações entre produção literária e processo social, concepções artísticas, procedimentos de construção e recepção de textos. Estudo dos aspectos linguísticos em diferentes textos: recursos expressivos da língua, procedimentos de construção e recepção de textos;	O objetivo é que tais conteúdos sejam não apenas "passados", mas que se tornem objeto de constante reflexão. Para esse fim, valorizam-se diferentes esferas de atividades com a linguagem, que a consideram a partir de variadas perspectivas (extra e intralinguísticas), visando a surpreendê-la em sua multiplicidade dinâmica e social;	As relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político; Valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional; Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos; Função da linguagem predominantemente nos textos em situações específicas de interlocução;
Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação;	Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, comção, chantagem, entre outras. Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro. Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.	Estudo do texto argumentativo, seus gêneros e recursos linguísticos: argumentação: tipo, gêneros e usos em língua portuguesa;	A não divisão do estudo da Língua Portuguesa nas tradicionais frentes (Literatura, Gramática e Redação).	Importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional; Textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos; Marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro;
Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.	Identificar, pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e informação. Relacionar as tecnologias da comunicação e informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem.	Estudo dos aspectos linguísticos da língua portuguesa: usos da língua, norma culta e variação linguística; Estudo dos gêneros digitais: tecnologia da comunicação e informação: impacto e função social.	Diferentes habilidades que se deseja que os educandos desenvolvam com conhecimentos específicos dos estudos literários e linguísticos.	Variedades linguísticas a situações específicas de uso social. Uso da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação; Identificação, pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e informação.

Anexo B: FOTOS DE AÇÕES PEDAGÓGICAS REALIZADAS O CEEFM DR. GERALDO MELO CONFORME MATRIZ CURRICULAR, CEDIDAS



Anexo C: IDEB 2013 DO CEEFM DR. GERALDO MELO



Anexo D: DESEMPENHO DOS ALUNOS EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

Código	Nome	Modalidade	Desempenho		
			Português	Matemática	
21021910	CEEFM CIDADE SÃO LUIS	Estadual	149	220,76	232,60
21021929	UE CRUZEIRO DO SUL	Estadual	101	233,70	241,42
21021953	CEEFM ESTADO DO MARANHÃO	Estadual			
21021961	UI ESTADO DO MATO GROSSO	Estadual	80	186,94	182,56
21022089	CEEFM JOSE JUSTINO PEREIRA	Estadual	176	226,05	237,78
21022100	UE JOSUE MONTELLÓ	Estadual	68	164,87	168,31
21022127	UI JULIO DE MESQUITA FILHO	Estadual	34	181,73	197,58
21022178	UI PE ANTONIO VIEIRA	Estadual	29	155,82	188,08
21022186	UI PEDRO ALVARES CABRAL	Estadual	85	169,85	173,90
21022208	CEEFM PROF LUIS REGO	Estadual	82	162,42	164,37
21022232	UI PROF RUBEM ALMEIDA	Estadual	71	176,52	179,24
21022330	UI CONEGO RIBAMAR CARVALHO	Estadual	46	160,38	162,63
21022356	CEEFM DR GERALDO MELO	Estadual	75	186,11	178,16
21022364	UI EMESIO DARIO DE ARAUJO	Estadual	75	163,08	168,21
21022372	UI ESTADO DO CEARA	Estadual	41	222,64	224,43
21022399	UI HAYDEE CHAVES	Estadual	53	176,29	179,39
21022429	UI VILA EMBRATEL	Estadual	132	159,64	159,66
21022437	UI VIRIATO CORREA	Estadual	63	163,10	165,83
21022445	CEEFM AMERICA DO NORTE	Estadual	74	163,45	163,89
21022461	UI DESEMBARGADOR SARNEY	Estadual	80	159,24	166,82
21022470	UI FELIPE CONDURU	Estadual	69	174,70	176,97
21022488	UI FORÇA AEREA BRASILEIRA	Estadual	76	163,28	164,44
21022496	UI GOVERNADOR JOSE MURAD	Estadual	30	135,13	149,54
21022550	UI PADRE NEWTON PEREIRA	Estadual	127	192,62	196,56
21022585	UI RENASCENÇA	Estadual	66	175,16	182,31
21022623	CEEFM Y BACANGA	Estadual	119	164,17	189,69
21194351	UE JOAO PEREIRA MARTINS	Estadual	35	144,00	153,19
21194369	UI MARIA DO CARMO ABREU DA SILVEIRA	Estadual	75	176,23	185,09
21194483	UI JOAO PAULO II	Estadual	109	176,16	176,56
21196283	UI DR CLARINDO SANTIAGO	Estadual	50	152,34	163,33
21202192	UI SEVERIANO DE SOUSA LIMA	Estadual	27	162,50	164,05
21213330	UI PROFª ZULEIDE BOGEA	Estadual	44	215,91	227,51